



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

THAÍS GABRIELLE DE AGUIAR MENDES PRAZIM

**CICLOS DE CONFERÊNCIAS DO LYCEU PARAHYBANO:
MODERNIZAÇÃO PEDAGÓGICA E ATUAÇÃO INTELECTUAL (1913-1921)**

JOÃO PESSOA

2023

THAÍS GABRIELLE DE AGUIAR MENDES PRAZIM

**CICLOS DE CONFERÊNCIAS DO LYCEU PARAIBANO:
MODERNIZAÇÃO PEDAGÓGICA E ATUAÇÃO INTELLECTUAL (1913-1921)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para a obtenção de título de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a.Dra. Itacyara Viana Miranda

JOÃO PESSOA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P921c Prazim, Thais Gabrielle de Aguiar Mendes.

Ciclos de Conferências do Lyceu Parahybano:
modernização pedagógica e atuação intelectual
(1913-1921) / Thais Gabrielle de Aguiar Mendes Prazim.
- João Pessoa, 2023.
57 f. : il.

Orientação: Itacyara Viana Miranda.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Lyceu Parahybano. 2. Instrução secundária. 3.
História dos intelectuais. 4. Ciclo de conferências. I.
Miranda, Itacyara Viana. II. Título.

UFPB/CE

CDU 373.3(043.2)

THAÍS GABRIELLE DE AGUIAR MENDES PRAZIM

**CICLOS DE CONFERÊNCIAS DO LYCEU PARAIBANO:
MODERNIZAÇÃO PEDAGÓGICA E ATUAÇÃO INTELLECTUAL (1913-1921)**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora designada pelo Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção de grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 01/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Itacyara Viana Miranda

Prof.^a. Dr.^a. Itacyara Viana Miranda

UFPB/DFE/CE

(Orientadora)

Amanda Sousa Galvêncio

Prof.^a. Dr.^a. Amanda Sousa Galvêncio

UFPB/DFE/CE

(Membro da Banca Examinadora)

Prof.^a. Dr.^a. Mauricéia Ananias

UFPB/DHP/CE

(Membro da Banca Examinadora)

João Pessoa, 01 de junho de 2023.

Dedico este trabalho às minhas mães, Maria Helena (Leninha), à minha tia e segunda mãe, Sandra Aguiar, e ao meu pai, Francisco Prazim.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe Helena, por todo o incentivo e suporte fornecido cotidianamente durante toda a jornada da minha formação acadêmica na graduação, com seu bom humor e prontidão em ajudar no que fosse preciso. Do mesmo modo, agradeço à minha tia e segunda mãe, Sandra, por me apoiar e incentivar durante esse percurso.

Ao meu pai Francisco, pelos constantes incentivos aos estudos. Agradeço às amigas da graduação que estiveram presentes, partilhando e acrescentando sempre em toda esta jornada acadêmica, especialmente a Françulina Lira, Gláucia Meira e a Vanessa Costa, pelas partilhas e colaborações nos projetos de pesquisa em que atuamos.

A família Aguiar Mendes, ao apoio do meu tio Águia Mendes, ao meu irmão Michell, pelas caronas até à UFPB e ao Arquivo, que foram imprescindíveis (risos). Agradeço também a Leonardo Maia, por todo o apoio.

A minha orientadora, a professora Dra. Itacyara Viana Miranda, pela leveza com a qual compartilha seus conhecimentos desde os projetos de Iniciação Científica até o processo de escrita desse trabalho, sempre incentivando e proporcionando questionamentos que muito contribuíram para o enriquecimento da minha formação acadêmica na graduação.

“Uma história já ocorrida permanece irrevogavelmente igual a si mesma, mas as perspectivas do historiador fragmentam-se como um caleidoscópio, conforme seu ponto de partida”.

(Reinhart Koselleck)

RESUMO

Os ciclos de palestras empreendidos no Lyceu Parahybano são frutos das ações iniciadas na Universidade Popular, ainda durante o governo Castro Pinto. Estabelecida a importância em torno dessas ações, o Lyceu não só deu continuidade à atividade, como projetou nela a perspectiva de modernização pedagógica anunciada pela instituição. Como modo de compreender esse momento histórico e seus desdobramentos para a instrução secundária, é que voltamos o olhar para os sujeitos: corpo discente e docente, responsáveis pela organização das conferências; os palestrantes, intelectuais de dentro e fora dos espaços não escolares, a exemplo dos jornais. No que compete ao recorte temporal, se justifica pelo fato de 1913 ser o ano da primeira conferência a compor os ciclos de palestras realizadas no Lyceu Parahybano, e 1921 ter sido o ano dos últimos vestígios documentais encontrados para essas ações na instituição. O referencial teórico metodológico utilizado, é, pois, o da História Cultural, dando ênfase ao alargamento das fontes e dos temas na área da história. O estudo historiográfico, somado à pesquisa e leitura do *corpus* documental, composto por jornais, revistas, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros e Mensagens do Governador da Paraíba para a Assembleia, são o suporte da pesquisa e acabam por estabelecer resultados quanto ao entendimento das conferências como prática de renovação pedagógica do Lyceu. Do mesmo modo levou-se a crer que as conferências demonstraram ser um espaço de ampliação de conhecimentos culturais, pedagógicos e científicos, além de ter se configurado enquanto meio de difusão dos ideais, anseios, signos e representações republicanas, que reverberaram para além do Lyceu por meio da circulação nos periódicos, da publicação de folhetos e do fato de alguns desses discursos terem sido publicados no formato de livros. Nesse sentido, com esse trabalho, tenciona-se contribuir para a história da instrução pública secundária na Paraíba, por intermédio do estudo dos intelectuais e de suas possíveis intervenções na sociedade, sobretudo, no âmbito da instrução secundária.

Palavras-chave: Lyceu Parahybano. Instrução Secundária. História dos intelectuais. Ciclo de conferências.

ABSTRACT

The cycles of lectures undertaken at the Lyceu Parahybano are the result of actions initiated at the Popular University, still during the Castro Pinto government. Having established the importance of these actions, the Lyceu not only continued the activity, but also projected the perspective of pedagogical modernization announced by the institution. As a way of understanding this historical moment and its consequences for secondary education, we turned our attention to the subjects: student and teaching staff, responsible for organizing the conferences; the speakers, intellectuals from inside and outside non-school spaces, such as newspapers. With regard to the time frame, it is justified by the fact that 1913 was the year of the first conference to compose the cycles of lectures held at Lyceu Parahybano, and 1921 was the year of the last documentary traces found for these actions in the institution. The methodological theoretical framework used is, therefore, that of Cultural History, emphasizing the broadening of sources and themes in the area of history. The historiographical study, added to the research and reading of the documental corpus, composed of newspapers, magazines, Reports of the Presidents of the Brazilian States and Messages from the Governor of Paraíba to the Assembly, are the support of the research and end up establishing results regarding the understanding of the conferences as a pedagogical renewal practice at the Lyceum. Likewise, it was believed that the conferences proved to be a space for expanding cultural, pedagogical and scientific knowledge, in addition to being configured as a means of disseminating republican ideals, desires, signs and representations, which reverberated beyond the Lyceum. through circulation in periodicals, the publication of leaflets and the fact that some of these speeches were published in book format. In this sense, with this work, it is intended to contribute to the history of public secondary education in Paraíba, through the study of intellectuals and their possible interventions in society, especially in the context of secondary education.

Keywords: Lyceu Parahybano. Secondary Education. History of intellectuals. Conferences cycle.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Os conferencistas, suas atuações profissionais e conferências	26
Quadro 2- Conferências, seus conferencistas, os grêmios responsáveis e seus respectivos anos	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OS INTELLECTUAIS E A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA.....	14
2.1 OS INTELLECTUAIS E AS CONFERÊNCIAS DO LYCEU PARAHYBANO.....	20
2.2 OS CONFERENCISTAS: QUEM SÃO ELES?	25
3 AS CONFERÊNCIAS E O SEU POTENCIAL PEDAGÓGICO.....	34
3.1 TEMAS E TEMÁTICAS: DE QUE TRATAM AS CONFERÊNCIAS?.....	37
3.2 PARA ALÉM DO LYCEU PARAHYBANO: A REPERCUSSÃO DA CONFERÊNCIA “NOÇÃO DE PÁTRIA”.....	46
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
5 REFERÊNCIAS.....	53
FONTES.....	56

1 INTRODUÇÃO

A opção pela temática estudada, conferências do Lyceu Parahybano, dialoga com a trajetória acadêmica atravessada pela pesquisadora, do seu *lugar social*¹, enquanto estudante do curso de pedagogia, e ex-aluna do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Durante a inserção na Iniciação Científica, tivemos a oportunidade de atuar em duas pesquisas envolvendo o campo da História da Educação, em especial sobre o Lyceu Parahybano². Somado a isso, participamos das reuniões do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), onde nos fortalecemos enquanto pesquisadoras, debatemos temáticas diversas no campo teórico e metodológico da História da Educação.

Acerca dos planos de trabalho desenvolvidos no PIBIC, destacamos: *Lyceu Parahybano: memória e história dos conferencistas (1913-1923)* e *Processo formativo do professor secundário: a emergência dos espaços de sociabilidades (1846-1864)*, ambos os planos estiveram sob a orientação da professora Dra. Itacyara Viana Miranda. O destaque aqui anunciado, ressalta a importância das pesquisas na escolha do objeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que iremos apresentar.

O envolvimento com tais temas acerca da história da instrução pública secundária na Paraíba, incidiram no despertar do interesse não só de prosseguir com as pesquisas já realizadas na Iniciação Científica, como por contribuir com o aprofundamento dos debates em torno da temática das conferências e dos conferencistas, suas produções e difusão de conhecimentos em torno de um “novo” fazer pedagógico.

Ditos os caminhos que nos levaram às conferências e aos conferencistas enquanto objeto de estudo, justificamos a relevância do TCC na medida em que o anunciamos no campo das produções historiográficas, no caso em particular dos intelectuais enquanto sujeitos instrucionais, e do Lyceu Parahybano enquanto história da instrução pública secundária na Paraíba.

Concentramos nosso estudo no objetivo de compreender as conferências do Lyceu, possíveis alcances e influências das temáticas dentro e fora da instituição educativa. É válido

¹ Conceito de Michel de Certeau (1982) ao qual refere-se à posição social ocupada pelos sujeitos mediante uma estrutura social. Desse modo, a posição social de um indivíduo dentro dessas estruturas é designada por regras, valores e expectativas culturais e históricas que regem as relações em um determinado contexto.

² O Lyceu Parahybano é a mais antiga instituição de instrução pública secundária no Estado. Ler Ferronato (2012), Miranda (2021).

ressaltar que as conferências foram, na verdade, uma espécie de legado dos ciclos de palestras realizados quando do projeto da Universidade Popular³⁴ idealizado por Castro Pinto em 1913.

Ademais desse objetivo mais geral, estabelecemos enquanto objetivos específicos: analisar o envolvimento dos intelectuais conferencistas com a instrução secundária; apreender as particularidades políticas, econômicas e sociais desses homens, para isso nos valem do conceito de *lugar social*, designado por Certeau (1982); Compreender de que maneira essas conferências podem ser anunciadas pelos seus possíveis potenciais pedagógicos à época conforme argumenta Miranda (2021); Identificar quais foram as temáticas partilhadas nestes discursos e debater a conferência *Noção de Pátria* e a sua interlocução com a República.

Nesse ponto, enfatizamos que o recorte temporal estabelecido compreende desde a primeira conferência realizada no Lyceu, em 1913, até as últimas conferências cujos indícios em fontes documentais e historiográficas datam de 1921.

No que concerne ao suporte metodológico empregado, nos amparamos especialmente na abordagem qualitativa, que de acordo com Vieira (1996, apud Zanella, 2013) prioriza o trato dos conhecimentos teóricos-empíricos. Soma-se a isso o trabalho com fontes documentais - jornais, revistas, Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros e Mensagens do Governador da Paraíba para a Assembleia. Importante dizer que muitas fontes coletadas durante a efetivação dos planos de trabalho junto ao PIBIC estão servindo de base para a produção do TCC.

Acervos como a Hemeroteca Nacional Digital foram suporte para a pesquisa, destacamos para esse local a seleção e análise do jornal *O Norte*, os Relatórios dos Presidentes de Estado e as Mensagens do Governador. Ademais, utilizamos fontes coletadas também no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, onde acessamos jornais como: *O Tempo*, *O Imparcial*, *A Epocha*, *A Esperança*, *O Bossuet da Jacoca*, bem como alguns Relatórios dos diretores da instrução pública, onde extraímos informações acerca dos padres mestres, bacharéis e mestres-escolas.

Destacamos ainda que foram feitas pesquisas documentais nos acervos do jornal *A União*, onde acessamos as edições de 1914, 1917 e 1920. Além disso, pesquisamos no acervo do site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no Século 19*, no qual encontramos o *Pequeno dicionário de escritores/jornalistas paraibanos do século XIX*, e de onde colhemos os dados

³ A respeito da Universidade Popular criada durante o governo de Castro Pinto, ler Espíndola (2012)

⁴ Na ocasião do ciclo de conferências estabelecidos pela Universidade Popular, realçamos que em meio a presença massiva de intelectuais homens no papel de conferencistas, segundo Machado et al. (2015) houve a presença da conferencista Catharina Moura, que era advogada e educadora e proferiu a conferência “Os direitos da mulher”.

biográficos da maioria dos conferencistas aos quais mencionamos, e, em acréscimo no mesmo acervo, tivemos contato com a Revista *Era Nova*, especialmente as edições do ano de 1921.

Em se tratando do trabalho de pesquisa envolvendo jornais e revistas, atentamos para o que preconiza Luca (2008) ao indicar que o trabalho a partir desses documentos requer do pesquisador inquirir acerca das motivações reunidas na opção por publicizar determinados acontecimentos, ou mesmo por exaltar determinados indivíduos. A autora em questão ainda nos indica que os jornais e revistas, longe de serem fruto de atividades solitárias, são na verdade resultantes da reunião de indivíduos que, em sua maioria, comungam em torno das mesmas ideias, projetos, crenças e valores que são difundidos por meio desses impressos.

Enfatizamos que, no aspecto teórico, a pesquisa toma por base o referencial da História Cultural que, conforme Burke (2008), apoia-se em perspectivas imaginativas, levando em consideração as mentalidades, hipóteses e sentimentos. Além do mais, dialogamos diretamente com a História dos Intelectuais, parte integrante da História Cultural, e no qual Sirinelli (2003) nos diz ser esse um campo aberto em que se entrecruzam as histórias política, cultural e social dos indivíduos.

Estabelecemos assim um movimento de análise das fontes documentais, ancoradas no diálogo com a historiografia referente ao tema, pois, conforme argumenta Bittar (2019) no processo de escrita da História, é imprescindível considerar as produções que nos antecederam, uma vez que o exercício intelectual sempre parte de conhecimentos previamente tecidos e da História Cultural.

Nessa perspectiva, buscamos interpretar as conferências e seus sujeitos, seus ideais, ações e posicionamentos políticos e educacionais sob a luz da historiografia até então produzida, isto posto, dialogamos com Menezes (1982) e Ferronato (2014) para pensarmos a instituição do Lyceu Parahybano, bem como dialogamos com Miranda (2021) que nos direciona a refletir a respeito do Lyceu durante os seus decênios gloriosos de 1913 a 1923. Quanto à noção de representação aplicada aos acontecimentos noticiados, a descrição de determinados sujeitos e aos símbolos e signos exaltados na República, nos apoiamos em Chartier (2010) e (2019).

Do mesmo modo conversamos com Galvínio (2013) que, ao contrastar dialogicamente diversos discursos em torno do intelectual Carlos Dias Fernandes e sua atuação educacional na Paraíba, nos elucida caminhos possíveis de se pensar o político, o redator e o conferencista de maior destaque no cenário da intelectualidade paraibana, bem como trazendo contribuições para a reflexão sobre a conferência *Noção de Pátria*. Por fim, também dialogamos com Espíndola (2012) no que diz respeito ao ciclo de conferências da Universidade Popular, e Biserra (2015) a respeito da Educação na Primeira República.

Apresentados minimamente as interlocuções estabelecidas para o TCC, passamos ao desenho do trabalho, sendo o Capítulo 2 - Os Intelectuais e a Instrução Secundária, voltado para discussão dos intelectuais na instrução secundária, assim como seus processos formativos, compreendendo o perfil destes homens e as suas relações com a instrução pública secundária. Nos tópicos 2.1 e 2.2, tratamos, respectivamente, do debate dos intelectuais, as conferências do Lyceu, os conferencistas, perfil e dados biográficos.

No Capítulo 3 - As conferências e o seu potencial pedagógico, buscamos suscitar os prováveis potenciais pedagógicos propiciados pelas conferências, uma vez que mobilizaram corpos docente e discente em torno de sua realização, de modo que concorriam para o engajamento estudantil e aproximava os estudantes dos homens cultos, como pretendeu Castro Pinto a partir das iniciativas educacionais implementadas em seu governo. Nos tópicos 3.1 - Temas e temáticas: de que tratam as conferências, traçamos um panorama geral dos conteúdos anunciados, e no 3.2 - Para além do Lyceu Parahybano: a representação da conferência “Noção de Pátria”, debatemos mais detalhadamente a única conferência cujo conteúdo tivemos acesso integralmente.

Apresentados minimamente ao leitor os elementos que dizem respeito às escolhas teórico metodológicas, bem como os objetivos e os caminhos que nos levaram até o objeto da pesquisa, damos prosseguimento daqui em diante ao debate mais pormenorizado do Trabalho de Conclusão de Curso.

2 OS INTELLECTUAIS E A INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA

Para o estudo dos intelectuais e da inserção destes na instrução secundária, nos valem do direcionamento teórico-metodológico de Sirinelli (2003) acerca do conceito de intelectual. O autor aponta o intelectual enquanto mediador cultural, entre eles jornalistas, professores secundários, escritores e eruditos, com isso, esses sujeitos tendem conseqüentemente a atuar como interventores do meio social em que vivem.

Para Sirinelli (2003), a história dos intelectuais articula em si as dimensões sociais, políticas e culturais, tornando amplo e complexo o campo investigativo acerca destes indivíduos. Além disso, o autor também nos revela que esse campo histórico permite o estudo dos intelectuais de “menor notoriedade” ou de menor alcance, mas que, no entanto, promoveram em alguma medida mudanças na sociedade em que atuaram, como vemos no seguinte trecho:

Sob a condição, é claro de não nos limitarmos às trajetórias apenas dos “grandes” intelectuais e de descermos até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram, e até a camada, ainda mais escondida, dos “despertadores” que, sem serem obrigatoriamente conhecidos ou sem terem adquirido uma reputação relacionada com seu papel real, representaram um fermento para as gerações intelectuais seguintes, exercendo uma influência cultural e mesmo às vezes política. (SIRINELLI, 2003, p.246).

A partir disso, compreendemos que os intelectuais de atuação regional possivelmente concorreram para a formação cultural e política dos mais jovens inseridos no mesmo contexto local; esses intelectuais influenciaram e foram influenciados por aqueles com os quais compartilharam os mesmos espaços educativos, Seminários, Faculdades ou ambientes de trabalho, sobretudo as redações de jornais, as assembleias legislativas e instituições escolares nas quais lecionavam.

Nesse sentido, fomos buscar os caminhos possíveis para o estudo desse grupo de indivíduos, seus itinerários de formação, suas redes de sociabilidade e a geração da qual fizeram parte. A partir destas indicações nos propomos a compreender quem eram esses indivíduos, que apreendemos enquanto intelectuais, e de que modo eles se inseriram e participaram da instrução secundária, partindo da suposição de que tenham promovido intervenções no processo educacional da sociedade em que viveram.

Dito isto, entendemos ser fundamental refletir sobre a formação e atuação na vida pública de alguns daqueles que vivenciaram a docência pública secundária na Paraíba. Em particular, levando em consideração o recorte temporal de 1913 a 1921. Sendo 1913 o início das políticas educativas iniciadas no governo Castro Pinto e da primeira conferência do ciclo de palestras do Lyceu, e 1921 o ano em que os vestígios das fontes acessadas apontam ter decorrido o fim das conferências realizadas no Lyceu Parahybano. E é em busca do perfil dessa docência que dialogamos com Ferronato (2014) e Menezes (1982) acerca dos padres mestres, professores com uma formação majoritariamente religiosa e que povoaram por longos tempos as bases do professorado do Lyceu Parahybano.

Quanto a esse perfil dos Padres-mestres, podemos dizer terem sido eles considerados na historiografia como os mais bem preparados para a função da docência, tendo em vista a sua formação eclesiástica que garantia a excelência em diversas áreas do conhecimento, dentre as quais destacamos a formação em letras clássicas, a exemplo do latim, cadeira ofertada no Lyceu. Eram os Padres-mestres, considerados eruditos, herdeiros da Retórica e da Filosofia Moral jesuítica (MENEZES, 1982).

Segundo Pinheiro (2009), quando da criação do Lyceu Parahybano em 1836, houve todo um movimento dos gestores Provinciais no sentido de encorajar a atuação dos padres na docência, a exemplo da publicação da Lei de 1839⁵, que aponta como tarefa dos padres mestres a atuação nas cadeiras do Lyceu. Durante a fase inicial do Lyceu Provincial, o reduzido corpo docente, de acordo com Ferronato (2014), era constituído por um grupo de homens intelectualmente capacitados e reconhecidos na Província, em sua maioria padres, tendo em vista que, além dos predicados intelectuais, eles tinham o aval social devido aos imperativos morais e religiosos intrínsecos à imagem desses sujeitos.

A instrução secundária, conforme Menezes (1982), apoiava-se no ideal humanista e no ensino do Latim, aliado a outras línguas, como Francês e Inglês, além de Retórica e Filosofia Moral. Foram incluídas progressivamente outras disciplinas, tais como: História, Geografia, Desenho e Geometria. O ensino secundário de acordo com Souza (2019) objetivava a formação de sujeitos polidos, apreciadores do bom gosto, com valores morais e cívicos e com habilidades para se expressar bem oralmente e por escrito.

A ideia da criação do Lyceu, segundo nos sugere a historiografia, surge do propósito de formar a elite paraibana para ocupar os cargos de poder na Província. A criação desse espaço

⁵ Sobre a Lei de 1839, lemos a respeito dela no artigo de Pinheiro (2009) intitulado: *Uma Escola Propedêutica na Província Da Parahyba Do Norte: o Lyceu Parahybano (1836 a 1848)*.

de aulas públicas secundárias, não só acomodou em um único prédio um grupo considerável de alunos, mas, como argumentou Ferronato (2014), exigiu preocupações específicas, como vemos no trecho que segue:

Nos primeiros dez anos de funcionamento do Lyceu, observamos que as questões de ordem administrativas e disciplinares tomaram mais tempo dos seus administradores e professores, ficando, por conseguinte, as preocupações didáticas e pedagógicas relegadas a um segundo plano. (FERRONATO, 2014, p. 162).

Diante disso, podemos compreender a dimensão da relevância dos professores de formação religiosa, visto que estes concediam a autoridade e a rigidez necessária para a construção de uma imagem rigorosa, que a Instituição se preocupou em transmitir. Para Menezes (1982), o Lyceu deveria ser o exemplo e o espaço de formação de parte da juventude paraibana em princípios normativos compatíveis com os propósitos da civilização, o que significa dizer que o alunado era formado para a obediência e submissão às ordens, nunca o contrário, de modo que os Padres-mestres davam aos jovens uma educação disciplinadora, cumprindo assim com a finalidade educativa da Instituição.

Na primeira fase, de 1837 a 1873, a distância entre mestres e discípulos, com os Padres-mestres eruditos, sisudos, donos do saber, por carreiras eclesiásticas de acabamentos europeus-romanos, no solenismo de um Lindolpho Correa Neves, clerical, monarquista, cortesão reacionário e hierárquico. Essa mentalidade conferia-se na escolarização mais rígida, com a plena simpatia dos pais, atentos a um ensino garantidor da “moral proprietária” num regime político-econômico fundamentado na Escravidão. (MENEZES, 1982, p. 235-136).

Podemos vislumbrar que a atuação docente dos padres recebia o apoio dos dirigentes e dos próprios pais dos alunos. Dentre alguns destes Padres-mestres estavam nomes como: Domingos Álvares Vieira, Francisco Soares de Figueiredo, Fructuoso da Soledade Segismundo, João do Rego Moura, José Ignácio de Brito Machado, José Antonio Lopes da Silveira, Leonardo Antunes Meira Henriques Lima, Lindolfo José Correia das Neves e Manoel Caetano Velloso.

Concomitante à atuação dos padres- mestres, Menezes (1982) didaticamente nos aponta para a atuação de dois outros grupos de professores, a saber: os professores bacharéis e os mestres-escolas. A respeito daqueles, Menezes (1982) nos aponta que os “Bacharéis Políticos vão crescendo, na medida em que a Faculdade de Direito, desde o Curso Jurídico de Olinda, atrai o escol juvenil parahybano, substituindo-se ao Seminário de Azeredo Coutinho, Collegio de Artes, simples anexo, preparador” (MENEZES, 1982, p. 189).

Essa categoria de professores, os bacharéis, é aquela que se formou predominantemente no curso da Faculdade de Direito de Recife e no Curso Jurídico de Olinda, formada majoritariamente por gente advinda de famílias pertencentes às elites locais, que viam na formação em Direito possibilidades múltiplas, seja para o setor jurídico, seja para a docência e à carreira política. Eis alguns nomes que enquadrados na categoria de professores bacharéis: Felizardo Toscano de Britto, Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque e Severiano Antônio da Gama e Mello.

Além dos nomes acima citados, estão também os denominados mestres-escolas, literatos que atuavam fora ou dentro da imprensa. Esses mestres-escolas, como aponta Menezes (1982), funcionaram “entre a insuficiência institucional ou técnica do ensino religioso e a secularização pedagógica das Congregações”. (MENEZES, 1982, p.10). Dentre os mestres-escolas podemos citar os nomes de Manrique Victor de Lima, Luís Ferreira Maciel Pinheiro, Manoel Porfírio Aranha e Manoel Pedro Cardoso Vieira.

Os mestres-escolas voltavam-se para os métodos e atuavam tanto em aulas isoladas e particulares quanto no Lyceu. Eles também se destacaram diante da emergência dos exames preparatórios, que permitiam o acesso ao ensino superior. De acordo com Miranda (2021), os mestres-escolas tinham como função “habilitar o aluno para ser aprovado nos exames finais e conseqüentemente, adentrar as faculdades, sendo do Lyceu apenas a responsabilidade de executar as bancas”. (MIRANDA, 2021, p.99).

Os exames finais eram objeto de avaliação no ensino secundário. A partir deles, os alunos, uma vez submetidos, eram classificados como aptos para darem ou não continuidade aos seus estudos para o nível superior.

Convém salientar que o Lyceu Parahybano, no que pese esse perfil formativo mais protocolar, também pode ser identificado enquanto espaço central que transcendia a dimensão instrucional, adentrando mesmo em um processo mais amplo de mundo e de ideias políticas e culturais em voga na sociedade. Assim lemos acerca do Lyceu: “era a praça e era a sala, a tribuna e a assembléia, dos convívios culturais, das encenações dos talentos, como uma Ágora nordestina. Conversava-se, debatia-se, polemizava-se, brigava-se, negociava-se partidariamente”. (MENEZES, 1982, p. 194).

Entendemos terem sido as trocas filosóficas, ideológicas, literárias e políticas as responsáveis por ultrapassar os muros da Instituição. Conforme argumenta Miranda (2021), a dimensão educacional propagada no Lyceu atravessava os limites da escola e chegava às demais esferas da sociedade a partir das práticas e atitudes dos sujeitos formados naquela Instituição. (MIRANDA, 2021, p. 26).

Os intelectuais que nela atuaram cooperaram para a formação de sujeitos engajados, que em muitos casos retornaram à Instituição na condição de egressos para, de alguma forma, contribuírem para a formação daqueles jovens. (MIRANDA, 2021, p.278).

Ao tentarmos retomar os itinerários formativos dos professores do Lyceu, notamos a existência da pluralidade em seus perfis, desde os Padres-mestres aos mestres-escolas. Considerando que ao longo dos anos e da passagem do sistema de governo (do Império para a República) muita coisa se modificou, quando supomos ter havido um natural declínio da presença dos padres na Instituição e um conseqüente aumento de professores com formação bacharelescas.

É na forte atuação desses bacharéis e na sua atuação em campos múltiplos, a exemplo dos periódicos, que destacamos a relevância dos espaços de sociabilidades enquanto *lócus* dessa formação. Segundo Sirinelli (2003), tais espaços, os jornais, constituem-se em vívidos ambientes para a formação de estruturas de sociabilidades, uma vez que é ali onde são geradas ideias e debates, amizades e inimizades, ao mesmo tempo em que corroboram para os sistemas de pensamentos, que são aceitos ou rejeitados por estes sujeitos.

Os jornais por outro lado passaram a ser um meio educativo pelo qual a sociedade poderia ter acesso às ideias que circulavam entre os intelectuais da época. No período de transição do Império para a Primeira República, percebemos esses intelectuais como propagadores dos ideais modernizantes, que incluíam o civismo, o higienismo e a educação como avanços civilizatórios. (GALVÍNCIO, 2013)

Dentre os intelectuais que mobilizaram ações em torno de ideias consideradas modernas, temos o então governador da Paraíba, João Pereira de Castro Pinto, no período de 1912 a 1915. Castro Pinto formou-se em Direito pela Faculdade de Recife, era jurista e jornalista. Foi ex-aluno e ex-professor de Sociologia e Matemática no Lyceu; como governador, foi responsável por viabilizar algumas ações que objetivaram a modernização do ensino no Lyceu.

Do governo Castro Pinto e da direção de Thomaz Mindello, lembramos os avanços na estrutura física, na formulação do Regulamento de 1912 e a criação de um ciclo de palestras. No período em que esteve à frente do Estado teria impulsionado o desenvolvimento da instrução pública secundária, de modo que seus sucessores, Camilo de Holanda (1916-1920) e Solón de Lucena (1920-1924), não só reconheceram o trabalho por ele desempenhado, mas também procuraram dar continuidade às suas ações junto ao Lyceu Parahybano. (MIRANDA, 2021, p.158).

A execução de estratégias pensadas para a melhoria do ensino no Lyceu representaram mudanças significativas para a Instituição. Além das melhorias no espaço físico, na formulação do regulamento e na criação de um ciclo de palestras. Castro Pinto também pretendeu estimular os jovens estudantes para o culto dos homens ilustres da Paraíba, aqueles que tiveram uma trajetória de vida exitosa, pela inteligência, pelo esforço e pela honestidade. (MIRANDA, 2021).

No já mencionado ciclo de palestras participaram docentes da Instituição, como Affonso Campos; não docentes como José Euclides da Cunha, Pausilippo da Fonsêca e Evaristo Gurgel; escritores como José Américo de Almeida e Leonardo Motta, e jornalistas como João de Lourenço e Carlos Dias Fernandes. Este último, homem de notoriedade na sociedade paraibana, foi aluno do Lyceu na mesma época em que Castro Pinto também estudava na Instituição, o que pode ter influenciado o convite do governador para que Carlos Dias Fernandes retornasse à Paraíba e ocupasse o cargo de diretor do jornal *A União*, órgão oficial do governo do Estado.

De modo geral, esse é um breve e possível perfil da docência secundária pública na Paraíba, que fizemos o movimento de recuar um pouco no tempo a fim de entendermos melhor o desenho que se formou dentro do Lyceu e que nos diz muito quem foram os docentes que chegaram a ocupar os bancos daquela instituição de ensino quando da República, período no qual alocamos o nosso recorte temporal, em decorrência dos ciclos de palestras ali proferidas. Desse modo anunciamos as trajetórias formativas de alguns dos intelectuais, apontando o tom plural e diverso assumido por esses sujeitos em meio a suas redes de sociabilidades tecidas pelos diferentes espaços formativos. Mesmo diante da diversidade formativa desses sujeitos, observamos que desde a fundação do Lyceu, os intelectuais estiveram presentes na instituição, atuando diretamente enquanto professores.

Vamos agora, de forma mais detalhada, nos debruçar sobre a construção histórica que envolveu a criação dos ciclos de palestras e, conseqüentemente, tentaremos elucidar os sujeitos palestrantes. Será sempre uma tentativa, pois é notório que o trabalho que se apresenta é fruto de pesquisa histórica e, enquanto tal, a produção do conhecimento está diretamente ligada ao alcance das fontes e da análise que conseguimos realizar em um espaço e tempo, aqui em particular, a produção do trabalho para a conclusão de curso.

2.1 OS INTELLECTUAIS E AS CONFERÊNCIAS DO LYCEU PARAHYBANO

Para tratarmos sobre as conferências do Lyceu Parahybano e do envolvimento dos intelectuais nessas atividades, convém discutirmos um pouco sobre a Universidade Popular, considerada como o berço de tais conferências, visto que desenvolveu um ciclo de palestras que aconteceram de janeiro até outubro de 1913.

A instituição foi criada pelo então governador da Paraíba, Castro Pinto, e inaugurada em 25 de janeiro de 1913, que já havia expressado alguns anos antes, no projeto 242 de 1907, seu anseio em fundar a referida instituição, com o objetivo de propiciar um ensino prático voltado à classe operária, muito embora também houvesse a intenção de distanciar esse grupo de ideias por ele consideradas nocivas, como era o caso do anarquismo e do socialismo. (ESPÍNDOLA, 2013).

A respeito dessa iniciativa, Espíndola (2013) expõe que já havia a existência de Universidades Populares em outros lugares como o Rio de Janeiro, inspiradas no modelo das Universidades Populares europeias. Segundo Almeida e Corrêa (2022), a primeira Universidade Popular surgiu na França, em 1898, por intermédio do anarquista George Deherme, tendo o propósito de disseminar o conhecimento de forma acessível à classe trabalhadora, que se encontrava em situação de vulnerabilidade, minados pelo alcoolismo e por tendências a atos de violência.

Ainda conforme as autoras, essas instituições populares emergiram em um contexto de ascensão do pensamento positivista, sustentado na forte defesa do conhecimento científico, sendo assim, o conhecimento seria uma via de superação para os males da ignorância a partir do despertar do espírito científico e filosófico. (ALMEIDA; CORREIA, 2022).

Ao retratar a experiência da Universidade Popular em Portugal, Almeida e Corrêa (2022) indicam que essa foi instituída em Lisboa, em 1889. Em terras lusitanas a instituição recebeu, de início, o nome de *Academia de Estudos Livres*, e só em 1904 passou a se chamar Universidade Popular. As autoras lembram que em Portugal as problemáticas educacionais eram mais complexas em comparação à França, de modo que a Universidade buscava atender o povo em geral, não apenas o proletariado.

Almeida e Corrêa realçam que a criação das Universidades Populares na Europa expressou-se como resultado do alinhamento entre o anseio dos trabalhadores pela aquisição de conhecimento e a disposição dos intelectuais progressistas pela educação desses sujeitos. Podemos estabelecer correlações entre tais experiências europeias com a experiência da

fundação da Universidade Popular na Paraíba. Vejamos o anúncio da criação dessa instituição, publicado em jornais como *A União e O Norte*:

Consoante fora anunciado, reuniu-se hontem, pelas 8 horas da noite, no salão de honra do Theatro Santa Rosa, a comissão promotora da criação de uma Universidade Popular neste Estado [...] depois de uma breve allocução, o dr. Castro Pinto deu a palavra ao fulgurante orador Symphronio de Magalhães que estabeleceu os moldes em que ia ser vasada a referida universidade, dando como exemplo as suas congeneres de Milão, Turim e Genova [...] (O NORTE, 16 de janeiro de 1913).

Observamos a referência das experiências europeias envolvidas na criação da Universidade Popular na Paraíba. A imprensa oficial do governo, o jornal *A União*, como nos diz Espíndola (2012), inseriu uma seção específica para a divulgação das conferências, dando evidência e relevância à nova instituição pelos intelectuais, sobretudo aqueles conectados com as ideias do partido republicano.

Ainda sobre a Universidade recém-criada, observamos a partir da pesquisa nos jornais e da leitura de Espíndola (2012) que, ao lado de Castro Pinto, a comissão promotora da Universidade Popular era composta pelos intelectuais Álvaro de Carvalho, Matheus de Oliveira e Symphronio de Magalhães. Ao anunciar a realização da primeira conferência intitulada *A influencia das bellas artes nas civilizações antigas e modernas; o desenho como elemento de educação popular*, proferida pelo pintor Aurélio Figueiredo, o jornal *O Norte* discorre também sobre os objetivos da Universidade Popular:

[...] A Universidade Popular, cujo escopo é derramar luz no seio de todas as classes, para o proletariado representa um benefício inestimável. É assim que em diversos paizes da Europa, sociedades congeneres têm, com aplauso geral, prestado os mais relevantes serviços ás classes desfavorecidas da fortuna, que vão nellas beber instrucção transmittida em linguagem tersa pelos conferencistas, sobre assumptos varios. Aquelles pois, que não têm podido illustrar o espírito em viagens e pela leitura de bons livros não devem deixar de assistir á conferencia de hoje [...] o theatro estará artisticamente engalanado e illuminado profusamente, ficando os camarotes reservados às exmas. familias que se dignarem de comparecer a alludida conferencia [...] (O NORTE, 25 de janeiro de 1913).

A partir dessa nota, é possível apreender a similaridade de propósito da Instituição paraibana com a Universidade Popular francesa, sobretudo quando busca atender ao mesmo público, o proletariado. Segundo a fala do jornalista Symphronio de Magalhães – sócio da Universidade e correspondente na Europa – ao explicar sobre a abertura da instituição, “poz em relevo o resultado do ensino, emanado de conferencias, prelecções e projecções de vistas

cinematographicas, difundindo a universalidade das ciencias no seio das classes proletarias”. (O NORTE, 16 de janeiro de 1913).

São claros os direcionamentos metodológicos de ensino que seriam utilizados pela Universidade. Para isso levamos em consideração o que aponta Biserra (2015) ao dizer que, para o estabelecimento do novo regime de governo, a Primeira República, foi preciso convocar preceitos que representassem a modernidade, o progresso, de modo que a educação se apresentasse como um dos meios de alcançá-la. Ao participarem da Universidade Popular, os intelectuais demonstraram, como expressou Espíndola (2012), que a instrução do povo foi uma grande preocupação, portanto, tornaram-se engajados nesse aspecto educacional, enquanto signo da modernidade ansiada pela recém-nação republicana.

As conferências endereçadas à classe trabalhadora constituíam-se num meio de instruir essas pessoas que não tinham acesso à educação. Em função disso, o ensino acontecia de forma mais atrativa nas dependências de um teatro “artisticamente engalanado, iluminado profusamente” e mediante palestras que também incluíam elementos cinematográficos.

Os sujeitos atuantes nestas conferências, conforme Machado et al. (2015), correspondiam a um grupo de intelectuais que incluíam políticos, educadores, jornalistas e artistas. Estes, conforme mencionado anteriormente, além de terem suas conferências anunciadas no jornal *A União*, também tinham seus discursos publicados na íntegra no mesmo jornal. (ESPÍNDOLA, 2012). Esse fato, supomos, constituía-se em uma boa ocasião para que os intelectuais alcançassem maior notoriedade no cenário intelectual paraibano.

As palestras abordavam assuntos diversos e pertinentes para a sociedade naquele dado momento: higiene, instrução pública, direito eleitoral, direitos políticos da mulher, vegetarianismo, dentre outros. A partir das fontes encontradas no jornal *O Norte*, também foi possível aferir que as conferências tratavam de temas culturais, artísticos, comportamentais, moda, pintura, sertão, jornal moderno, contabilidade etc.

Os palestrantes atuavam como difusores dessas ideias que simbolizavam o desenvolvimento nacional, tendo em contrapartida um público mais amplo e diverso do que aquele que compunha suas redes de sociabilidades, com níveis similares de instrução e de ideias, de maneira que, na Universidade Popular, teoricamente, todos passariam a ter acesso a temas culturais, políticos, sociais e econômicos.

Embora, a partir da leitura das fontes pudéssemos hipoteticamente considerar que, apesar dos jornais anunciarem que a linguagem utilizada nas palestras seria clara e que atenderia ao mais variado público, talvez essa linguagem ainda se apresentasse como uma barreira para as classes populares. Segundo noticiou o periódico *O Norte*, os operários solicitaram que as

conferências passassem a acontecer aos domingos, sendo a reivindicação atendida. No entanto, o mesmo jornal disse, já próximo da 9ª conferência, que a classe operária não estava comparecendo satisfatoriamente às palestras.

[...] Entretanto, apesar do chamariz da imprensa, o povo para quem foi instituída, tem-lhe pouco amor, abstenendo-se mesmo de frequentá-la [...] o operariado que reclamou a transferência dos dias das conferências, parece-me também que não comparece [...] (O NORTE, 6 de abril de 1913).

Nas edições subsequentes de *O Norte*, foi noticiado que havia a presença de pessoas de todas as classes no Teatro Santa Rosa. Como mencionado anteriormente, a Universidade Popular durou apenas alguns meses, tendo seu ciclo de palestras encerrado em outubro de 1913.

Almeida e Corrêa (2022), ao citarem Cortesão (1913), atribuem o arrefecimento das universidades populares francesas e portuguesas à falta de formação básica da classe popular, assim como à precariedade da formação primária que impedia esses sujeitos de adquirir uma cultura intelectual.

Da mesma forma, podemos supor que essa problemática tenha ocorrido durante o funcionamento da instituição popular paraibana que, por meio dos jornais, já havia expressado a queixa diante da falta de frequentadores pertencentes ao proletariado. Ainda sob a luz deste argumento, podemos ainda inferir que essa situação tenha provocado a ampliação no público alvo da Universidade Popular que, consoante Espíndola (2012), passou a incluir também os estudantes do Lyceu.

Não obstante a relevância que a instituição representou, pondo em prática um ensino aberto para toda a sociedade paraibana, concordamos com a visão crítica de Espíndola (2012) quando argumenta que o projeto da Universidade Popular buscou atender às necessidades políticas do então governo, por representar os interesses de um dado grupo político e social.

A realização das conferências sob o governo de Castro Pinto também podem ser observadas pela ótica de um possível sistema de dominação e conformação de ideias, transmitidas dos intelectuais para o proletariado, isto é, representando a dominação do Estado sobre o povo.

Após a descontinuidade da Universidade Popular no seu formato apresentado pelo governo, temos o indicativo de que a proposta das conferências continuaram a acontecer no Lyceu Parahybano, não mais associada à ideia da universidade em si, mas enquanto método pedagógico adotado pela então Instituição de ensino. Nesse sentido, a continuação das conferências no Lyceu se alinhava ao propósito político de Castro Pinto quanto à instrução

secundária na Paraíba, pois, de acordo com Miranda (2021), o governador pretendia impulsionar os estudantes ao culto dos *homens ilustres* da Paraíba. Sendo assim, as conferências continuaram a estabelecer uma ponte entre os jovens estudantes e o pensamento de alguns dos intelectuais em circulação na época.

Naquela ocasião, as conferências passaram a ser realizadas no salão de honra de congregação dos professores. Dentre os conferencistas estavam tanto professores da Instituição quanto intelectuais convidados. Além disso, havia a presença de alunos de grêmios estudantis que já se articulavam no sentido de promoverem a organização de algumas dessas conferências. No que diz respeito aos conferencistas, destacamos nomes como: Carlos Dias Fernandes, jornalista e diretor do órgão oficial do governo; Affonso Campos, advogado e lente do Lyceu; Álvaro de Carvalho, Advogado, jornalista, ex-professor, ex-diretor do Lyceu e ex-vice presidente da Paraíba; José Américo de Almeida, escritor e Procurador Geral do Estado na época; e Carneiro Leão, jurista, advogado e professor do ensino superior.

A respeito da conferência realizada por José Américo de Almeida, o jornal *O Norte* noticiou que a imprensa oficial, o jornal *A União*, havia publicado o opúsculo da sua fala – *Poetas da abolição* –. Anunciou também que a conferência fora organizada pelo *Grêmio 24 de março*, como se pode ler no trecho abaixo:

[...] Foi á mesma dada essa feição definitiva por iniciativa do - Gremio 24 de março-, composta pela mocidade estudiosa do reputado educandario, e para elle reverterá o producto da venda respectiva. Tudo isso diz bem de como vem sendo proficuo ás nossas boas letras o funcionamento do - Gremio 24 de março-, que já se constituiu em elemento propulsor de evidente valia de nosso desenvolvimento intellectual. (O NORTE, 29 de julho de 1921).

A partir da notícia acima, podemos perceber não só o engajamento dos estudantes do Lyceu nas atividades das conferências, mas também a visibilidade que esses grêmios ganhavam junto à imprensa local. Conforme argumenta Miranda (2021), as conferências foram longevas e se constituíram como prática pedagógica do Lyceu por uma década, demonstrando ter sido uma atividade bastante profícua.

A dinamização propiciada pelas conferências, de acordo com Miranda (2021), foi representativa de uma modernização pedagógica na época. Assim, é natural supor que tendo essas atividades institucionais alcançado outros espaços e tido repercussão na sociedade em geral, pudesse ser um elemento de incentivo para o alunado, na medida em que as conferências proporcionaram uma atividade não convencional e aproximaram esses jovens com nomes considerados importantes no contexto da intelectualidade paraibana. Além do que a imprensa

concedia reconhecimento ao esforço desses alunos, como vimos no trecho transcrito do jornal *O Norte*.

Como já foi aludido antes, as conferências reuniam alunado, professores, intelectuais e demais membros da sociedade em torno de discussões de cunho literário, científico e cultural, principalmente temas relacionados à modernidade, como, por exemplo, o civismo. Concordamos com Miranda (2021) quando defende que o Lyceu se configurou como um ponto central onde aconteceram diversas interações culturais, que alcançavam os sujeitos dentro e fora dela.

As conferências que consideramos serem herança do ciclo de palestras realizadas pela efêmera Universidade Popular, demonstraram ser, em nossa compreensão, a continuação do projeto educativo do governador Castro Pinto, que, mesmo após o fim da Universidade Popular, procurou manter os holofotes sobre os intelectuais, a fim de que por meio deles os novos comportamentos e pensamentos demandados pela República pudessem aos poucos se instaurar na Paraíba, de maneira que as conferências representaram, com seu ar de modernidade, um dos meios encontrados para que esses intelectuais pudessem propagar as mensagens do *novo tempo*, procurando intervir na sociedade e, com isso, cumprir com seu papel.

Após análise acerca dos intelectuais e das conferências no Lyceu, no próximo tópico, passaremos a discutir melhor sobre quem foram esses conferencistas, e, fundamentando nosso estudo a partir da historiografia e das fontes encontradas, buscaremos delinear o perfil dos conferencistas.

2.2 OS CONFERENCISTAS: QUEM SÃO ELES?

Conforme discutimos nos tópicos anteriores, apresentamos os conferencistas enquanto intelectuais, sujeitos que comumente exerceram múltiplas funções no campo profissional. Em concordância com Miranda (2021), esses homens “estão imbricados em relações que vão desde a política, passando pelos escritos jornalísticos e descambam em mais algumas outras funções”. (MIRANDA, 2021, p.230). Diante disso, também compreendemos que, segundo Costa et al. (2013), a atuação desses intelectuais no cenário paraibano frequentemente os direcionava a empregos públicos, associados à política local.

Considerando serem estes seus principais espaços de sociabilidades, a saber: a imprensa, a política e a instrução secundária, atentamos para suas atuações no Lyceu Parahybano, ou seja,

aqueles que foram professores dividiram a instrução secundária com a atuação na política e/ou nos jornais. Esses professores eram quase sempre indivíduos renomados na Paraíba, e quase sempre advindos da elite econômica e cultural.

Nas conferências realizadas no Lyceu, discursaram não apenas os docentes da Instituição, mas também os intelectuais reconhecidos em suas carreiras. Citaremos inicialmente os conferencistas elencados na tese de Miranda (2021) e outros três conferencistas encontrados a partir do estudo das fontes, destacando suas principais ocupações e conferências, a fim de visualizarmos um breve panorama geral acerca deles. Também deixamos claro que nesse momento não nos deteremos nas conferências em si, mas nas trajetórias formativas e nas redes de sociabilidades desses sujeitos.

Quadro 1: Os conferencistas, suas atuações profissionais e conferências

Conferencista	Formação/Atuação Profissional	Conferência (s) / Ano
Affonso Campos	Lente de português do Lyceu, Jurista, Advogado, Jornalista e Político.	<i>A Moeda</i> (1913)
Carlos Dias Fernandes	Jornalista, literato e Advogado.	<i>Noção de Pátria</i> (1914); <i>Tobias, Jurista Filósofo</i> (1921); <i>A cultura Clássica</i> (1921)
Antônio Carneiro Leão	Jurista, advogado, professor de nível superior, jornalista e escritor.	<i>Educação Popular</i> (1914)
João de Lourenço	Jornalista	<i>História e Apologia do Cão</i> (1915)
José Euclides da Cunha	—	<i>Factores da Dynamica Mental</i> (1916)

Pausilippo da Fonsêca	—	<i>A Associação Brasileira de Imprensa (1918)</i>
Evaristo Gurgel	Professor	<i>Horrores do Analfabetismo (1918)</i>
José Américo de Almeida	Escritor e ex-Procurador Geral da Paraíba	<i>Poetas da Abolição (1921)</i>
Leonardo Motta	Poeta e escritor, professor e historiador	<i>Lítero-humorística ou Poesia Matuta (1921)</i>
Álvaro de Carvalho	Advogado, ex-professor e ex-diretor do Lyceu	<i>Educação Profissional (1921)</i>

Fonte: Quadro criado pela autora, PRAZIM (2023), a partir da obra de Miranda (2021) e da leitura do jornal *O Norte* e da Revista *Era Nova*.

Partindo da visão geral estabelecida no quadro acima, deixamos saber de agora em diante que intencionamos tratar um pouco sobre as informações que colhemos a respeito de apenas alguns desses sujeitos, pois nem de todos conseguimos acesso via leitura historiográfica e ou pesquisa documental, sendo pertinente anunciar esse movimento como um limite da nossa produção.

Começamos pelo conferencista Affonso Rodrigues de Souza Campos, nascido em Campina Grande, cursou Humanidades em João Pessoa e em 1902 se formou bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, aos 21 anos. Durante sua trajetória, fundou a Revista Jurídica, ao lado de outros companheiros do curso de Direito, onde publicou alguns trabalhos como *Evolução do Direito das Obrigações* e *Ação Penal*. Dentre algumas de suas atuações profissionais em Campina Grande, Affonso Campos exerceu com dedicação a função de promotor, no entanto, foi na carreira política que demonstrou maior afinidade e onde teve espaço para defender seus ideais republicanos. (BARBOSA, 2009).

Em sua vida política foi integrante do grupo dissidente ao governo de Álvaro Machado e, nessa mesma época, fundou o jornal *A República*, o qual tinha a direção do Senador Gama e Mello. A partir da leitura de alguns dados, verificamos que Affonso Campos fez parte do Conselho Municipal de Campina Grande, órgão legislativo, centrado nas urgências e aspirações do meio comunal, e pelo que noticiou o jornal *O Norte* foi feito um grande festejo cívico durante

a posse do Conselho, para a qual a rua foi ajardinada e embandeirada desde o edifício do Conselho até a residência de Affonso Campos. Na ocasião o jornal revelou ainda que estiveram presentes elementos de todas as classes sociais, e enquanto transcorria a posse, houve uma moção de aplausos e solidariedade ao programa de governo do republicano de Castro Pinto.

Ainda acerca desse episódio, identificamos nas fontes que, no salão do “jury”, onde se sucedeu a sessão cívica, estiveram presentes também o Monsenhor Luiz Salles, Antônio Sá, representando os comerciantes, Assis Chateaubriand, representante das classes artísticas, dentre outras figuras. Affonso Campos, como representante do eleitorado, proferiu um discurso que, de acordo com o jornal *O Norte*, foi demorado. Abaixo, um resumo da matéria do jornal:

[...]Fala o dr. Affonso Campos, representando a maioria do eleitorado. Faz com muito critério historico, o esboço da vida da opposição e decanta com orgulho suas constantes victorias nas urnas. Justifica com verdadeiro amor patriotico os motivos que o têm trazido prezo e identificado á sorte de seus valentes correligionarios, em longos annos de ostracismo. Affirma que não há incoherencia em aplaudir com lealdade a orientação republicana do dr. Castro Pinto porque o programma de governo em execução só não agrada aos que nunca tiveram um ideal político. (O NORTE, 15 de janeiro de 1913).

Conforme podemos perceber diante do cenário descrito pelo jornal, Affonso Campos teve uma forte atuação na política da sua cidade natal, sendo o dito evento cívico mais uma demonstração da força da sua figura pública, que ficou ainda mais claro pelo destaque dado à ornamentação do trajeto entre a sua residência e o Conselho Municipal, ligando simbólica e fisicamente a sua vida privada à vida política.

Além de integrar o Conselho Municipal de Campina Grande, encontramos indícios no jornal *O Norte* de que Affonso Campos estava prestes a criar com o coronel João Sá um jornal de feição moderno, onde ambos seriam diretores, um jornal político, que seria parte do programa filiado ao grande partido em oposição ao prefeito Christian Lauritzen, e contaria com a participação de colaboradores como Severino Procópio, Christino Montenegro, Carlos Coutinho, Chateaubriand Bandeira de Mello, Antônio Sá, José Agra e Clementino Procópio. Tais figuras, influentes naquele meio, integravam sua rede de sociabilidades e, sobretudo, na cidade de Campina Grande.

No que respeita às ações do intelectual, temos um Affonso Campos dividido entre a cidade de Campina Grande e a Capital João Pessoa, onde exercia a profissão de professor de português no Lyceu Parahybano, conforme notícias veiculadas nos jornais *A União* e *O Norte*. Na função de deputado estadual, Affonso Campos produziu alguns trabalhos escritos: *Concurso da Cátedra de Direito Administrativo Econômico Político; Bancos, suas espécies; Quais os*

perigos a que se expõem os bancos que comandam indústrias; Memorial sobre direitos do Estado e dos Municípios dos terrenos das extintas aldeias indígenas; A moeda. (MIRANDA, 2021).

Depois de apresentar minimamente Affonso Campos - professor, advogado, jornalista e político republicano -, apresentaremos agora o segundo personagem: Carlos Dias Fernandes. De acordo com Barbosa (2009), Carlos Dias Fernandes nasceu em Mamanguape e concluiu o ensino secundário nos bancos do Lyceu Parahybano. Com 16 anos iniciou a Faculdade de Farmácia no Recife, mas, devido a problemas financeiros, não pode terminá-la.

Diante desse impasse, Carlos Dias Fernandes passou uma temporada em alguns Estados do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro. No Rio, hospedou-se na casa de uma tia e chegou a exercer diversas profissões. Posteriormente, foi nomeado para os Correios de São Paulo, e lá deu início à profissão de escritor no *Diário Popular*. No fim do século XIX, ao retornar às terras fluminenses, trabalhou em jornais como *O Debate*, *Jornal do Comércio*, *Imprensa*, *A Gazeta da Tarde* e *A Cidade do Rio*. (GALVÍNCIO, 2013).

Com a atuação em diferentes jornais, Dias Fernandes estabeleceu vínculos com alguns nomes importantes, dentre eles destacamos o do poeta Cruz e Sousa. É possível também que tenha se aproximado de Rui Barbosa no período em que trabalhou no jornal *Imprensa*, propriedade de Rui. Em suma, Dias Fernandes já havia incorporado em suas redes de sociabilidades pessoas relevantes e influentes no cenário nacional.

Em meados de 1901 migrou para o norte do Brasil. Em Manaus manteve contato com o escritor e historiador literário José Veríssimo. No Pará escreveu artigos no jornal *Gazeta de Belém*, utilizando o pseudônimo de Jayme Aroldo. Foi redator e diretor do jornal *A Província do Pará*. Mais tarde retornou ao Nordeste e trabalhou no *Jornal do Recife*, em 1912. Formou-se Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e, em 1913, retornou à Paraíba. (BARBOSA, 2009).

De volta à Paraíba onde havia cursado o ensino secundário no Lyceu Parahybano, lugar que entendemos possa ter sido palco de nascimento de uma amizade com o governador Castro Pinto. Importante ressaltar que esse retorno muito provavelmente se deu por via dessa amizade, mais precisamente para que ocupasse o cargo de diretor do jornal *A União*, órgão oficial do governo. Assim se expressou Castro Pinto:

Seria a mais flagrante injustiça não adicionar a esses meus auxiliares o nome invejável do maior dos nossos intelectuais, Dr. Carlos Dias Fernandes, que na direcção do orgam officioso, A União, soube elevar os fóros da imprensa local a uma altura que em tempo algum alcançou, tamanho fulgôr sua festejada

penna de jornalista tem dado ás columnas do tradicional periódico do nosso partido [...] (PINTO, Castro, 01 de setembro de 1913).

A ideia de representação é algo que damos destaque nesse momento, por acreditar que esse é um discurso que compõe traços significativos de quem foi o Dias Fernandes, ainda que sobre a guarda de um olhar amigo, como suscitamos ter sido o de Castro Pinto. Dialogando com Chartier (2010), entendemos que as representações longe de serem meras imagens, verdadeiras ou falsas de uma realidade, elas carregam uma energia própria capazes de induzirem no imaginário que o passado é, exatamente aquilo que se diz. A representação da imagem de Dias Fernandes feita por uma figura de prestígio naquele período retrata bem o favorecimento político que recebeu. No cargo de diretor da imprensa oficial gozava de plena autonomia para anunciar no periódico o seu escritório de advocacia, publicar os próprios livros e publicizar as críticas positivas feitas por outros intelectuais acerca da sua literatura.

A respeito da liberdade de poder fazer uso do periódico para difundir suas diferentes facetas jornalísticas e literárias, Galvínio (2013) diz que isso fazia parte do jogo político e intelectual da época, algo próprio do contexto vigente, de valorização cultural e publicização de ideias. Essa aproximação era o que também permitia que o intelectual transitasse por outros espaços da sociedade paraibana, na medida em que seus discursos poderiam ser ainda mais difundidos, a exemplo do próprio Lyceu Parahybano para onde voltava agora na condição de conferencista e porta-voz dos ideais daquela sociedade que se forjara sob os signos da modernidade, almejando um caminho cada vez mais cívico e tendo a esfera educacional como ponto nevrálgico para a sua propagação.

No que concerne à historiografia referente a Carlos D. Fernandes, trazemos para debate os argumentos tecidos por Galvínio (2013) que, contrastando dialogicamente diversos discursos acerca do escritor, viu em Dias Fernandes um *intelectual multicolor*, um ser mergulhado em contradições. A respeito de sua produção literária, Dias Fernandes publicou 459 artigos em jornais e revistas, além de escrever 40 livros de gêneros variados.

Em relação às ideias e discussões disseminadas por ele, observamos tanto nos jornais pesquisados quanto na historiografia o engajamento de Dias Fernandes a várias temáticas, tais como: a ideia de nação, o higienismo, a defesa do vegetarianismo e do feminismo. Ressaltamos, entretanto, que no *corpus* documental dentre os assuntos mais recorrentes estava o civismo, tema que se configura como parte dos ideais civilizatórios preconizados pelos representantes daquela sociedade, em que os políticos aliados aos homens de letras buscavam civilizar e modernizar os indivíduos, suas mentalidades e ações, sobretudo por vias educacionais, em espaços escolares e não escolares, uma vez que a própria imprensa fazia dos jornais um veículo

educativo onde assuntos diversos eram apresentados à população. (GALVÍNIO, 2013). É muito provável que tenha sido esse o caso da conferência *Noção de Pátria*, proferida no momento festivo de comemoração do aniversário do Lyceu Parahybano.

Quanto aos dados biográficos⁶ de Antônio Carneiro Leão, este nasceu em Recife. Em 1911 formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Profissionalmente, exerceu a função de professor universitário, lecionando Filosofia, de 1911 a 1914. Ainda no magistério superior, foi professor de Administração Escolar e Educação Comparada na Faculdade Nacional de Filosofia. Foi também professor visitante e conferencista em universidades do exterior como Estados Unidos, França, Uruguai e Argentina, além de professor emérito da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil.

Ao se transferir para o Rio de Janeiro, foi nomeado diretor geral da Instrução Pública no período de 1922 a 1926. A sua atuação na imprensa também foi profusa, tendo sido colaborador do jornal *A União* e de jornais do Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Fundou e dirigiu *O Economista*, de 1920 a 1927. Colaborou em revistas especializadas em Educação e Sociologia. Carneiro Leão é o segundo ocupante da cadeira de número 14 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Quanto a José Américo de Almeida, este nasceu na cidade de Areia-PB e cresceu no engenho Olho D'Água. José Américo foi morar com o tio, o Padre Odilon Bemvindo de Almeida, na sede do Município de Areia, onde prosseguiu com os estudos; aos 14 anos foi enviado para o seminário, mas não demonstrou vocação para o sacerdócio; aos 17 foi estudar no Lyceu Parahybano. Com a educação que recebeu, conseguiu uma vaga para realizar o exame preparatório oferecido pelo Lyceu; tempos depois conseguiu ingressar na Faculdade de Direito do Recife, tornando-se bacharel em 1908. (BARBOSA, 2009).

Em 1907, demonstrando vocação para o jornalismo, passou a editar, em Areia, o jornal *Correio da Serra*, ao lado de Simão Patrício e Eduardo Medeiros. Escreveu poesias, alguns dos seus sonetos foram publicados no *Almanaque da Paraíba*. Assinou artigos para os jornais *A União*, *A Imprensa* e *O Norte*. Foi também colaborador assíduo da revista *Era Nova*, onde se consagrou como escritor e passou a influenciar a produção intelectual da Paraíba. Em 1921 publicou o seu *Poetas da Abolição* e, no ano seguinte, *Reflexões de uma cabra*. Publicou diversas outras obras que alcançaram reconhecimento nacional. Mas é a partir de sua obra *A Bagaceira*, lançada em 1928, que se consagra como escritor. *A Bagaceira* é considerada o

⁶ As informações acerca da biografia de Carneiro Leão foram encontradas no site da Academia Brasileira de Letras.

marco inicial do romance regional brasileiro, além de ter inspirado o sociólogo Gilberto Freyre na elaboração do Manifesto Regionalista.

José Américo já presidiu o Ministério Público da Paraíba, é o que constatamos nos *Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros*. Quanto à representação da sua imagem política, assim lemos: foi “ex-deputado, ex-senador, ex-ministro, ex-governador, ex-tudo politicamente falando – um homem a quem o Brasil sempre encontra à mão para servi-lo”. (BARBOSA, 2009, p. 23).

Outro conferencista foi João de Lourenço. São esparsas as informações que conseguimos levantar sobre ele. Nasceu, assim como José Américo, na cidade de Areia, Paraíba, e em razão de seu expressivo conhecimento em economia, obteve destaque no serviço público. Formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1914 passou a atuar como jornalista, tendo sido redator do jornal *A União* e do jornal da Assembleia Legislativa da Paraíba. Entre os anos de 1922 e 1923 trabalhou no *Correio da Manhã* e, posteriormente, em *O País*, como redator-chefe. No jornalismo adquiriu grande conhecimento em finanças, economia e comércio exterior. Julgamos ter sido esse conhecimento a causa de tê-lo levado a cargos ligados ao Ministério da Fazenda.

Mais um conferencista de nossa lista é Álvaro de Carvalho, nascido no município de Mamanguape-PB. Ao que tudo indica, Álvaro de Carvalho era de origem modesta, seguiu a profissão do pai, trabalhando como barbeiro para financiar seus estudos. Começou as atividades jornalísticas aos 18 anos, quando trabalhou como secretário no *Jornal do Comércio*, dirigido por Arthur Aquiles. Em 1916, conseguiu se formar na Faculdade de Direito do Recife. (BARBOSA, 2009).

Segundo Barbosa (2009), Álvaro de Carvalho era um homem culto, com especial apreço pelos clássicos da literatura universal. Foi Deputado Federal e Secretário de Estado. No Lyceu Parahybano, foi professor de Literatura e de Italiano. Foi também jornalista, ensaísta, crítico e escritor. No jornalismo, atuou como redator de *O Combate* - incendiado em 1904 -, e diretor de *O Comércio*.

Em 22 de outubro de 1928 ocupa o cargo de vice-presidente do Estado da Paraíba, ao lado de João Pessoa. Em 1930, com o assassinato do presidente, Álvaro de Carvalho assume a presidência do Estado. Finda a revolução de 30, se distancia da política e retorna ao Magistério. Tempos depois muda-se para Santos, São Paulo, onde fica ao longo de sete anos, leciona Inglês em colégios particulares e atua como Advogado. Álvaro de Carvalho foi um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras e Patrono da Biblioteca da entidade. Escreveu: *Ensaio da crítica*

estética (1920); *A revolução do eu* (1920); *Ensaio da crítica* (1924); *Educação Profissional* (1946); *Augusto dos Anjos e outros ensaios* (1946); e *Nas vésperas da revolução* (1932).

Quanto a Evaristo Gurgel, outro conferencista, pouca coisa foi encontrada sobre ele. Sabe-se que foi professor. Leonardo Motta era escritor, jornalista, professor e historiador cearense. José Euclides da Cunha e Pausilippo da Fonsêca, também por falta de informação nas fontes de pesquisa, não foi possível dizer nada sobre eles. Essas lacunas expressam o alcance da nossa produção, que diante do tempo exíguo estabelecido para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, não há espaço para longas buscas, tal como gostaríamos de poder fazer, no entanto, enxergamos essa limitação como uma porta aberta para a realização de estudos e aprofundamentos futuros.

Além do mais, ante a breve tessitura das trajetórias de vida dos conferencistas: Affonso Campos; Carlos D. Fernandes; Antônio Carneiro Leão; José Américo de Almeida, João de Lourenço e Álvaro de Carvalho, vemos nesses homens e suas biografias, o grande envolvimento com os assuntos e funções típicas dos intelectuais da Primeira República. Sujeitos esses que comumente integraram a vida política direta ou indiretamente, mas que diante das redes de sociabilidades empreendidas junto aos políticos galgaram espaços e cargos de prestígio no cenário da sociedade paraibana.

Da mesma forma, em razão do cultivo de suas faculdades literárias e recursos oratórios, percebemos suas intervenções na instrução secundária, em maior ou menor medida. Visto que alguns eram professores, mas outros dedicavam-se marcadamente à redação jornalística e à literatura, muito embora, também saibamos do cunho pedagógico existente nesses tipos de produções – jornais e escritos literários –.

Tendo em mente a expressividade percebida nas trajetórias desses homens, em face de suas fortes redes de sociabilidades e profusas produções no campo jornalístico, literário, político e educacional, vislumbramos minimamente as razões pelas quais tenham sido convidados a discursar no salão de honra do Lyceu Paraibano, tamanho o prestígio e a representatividade que exerciam à época, fosse em nível local ou nacional.

Por fim, deixamos saber que após elucidarmos um pouco sobre tais trajetórias formativas e as atuações públicas desses intelectuais - conferencistas, ao longo do próximo capítulo nos ocuparemos da discussão acerca dos possíveis potenciais pedagógicos apresentados pelas conferências, seu caráter pedagógico e (in)formativo.

3 AS CONFERÊNCIAS E O SEU POTENCIAL PEDAGÓGICO

Em relação à instrução secundária, conforme argumenta Miranda (2021), esta vivenciou momentos de altos e baixos em termos de frequência e mesmo em termos de estrutura física. Uma coisa pareceu ser clara, a instrução secundária tinha uma função importante na formação da mocidade estudiosa, quase sempre filhos da elite, como se pode depreender no discurso proferido por João Lopes Machado em 1910, na qualidade de governador junto à Assembleia da Paraíba:

Si bem que o ramo de instrução secundaria deve preoccupar menos os governos do que a instrucção elemental, porque aquelle somente é utilizado pelos que revelam maior aptidão para a cultura das lêtras, e, portanto, em numero sempre muito inferior ao dos que frequentam os estabelecimentos primarios, todavia, merece também cuidados e providencias pela importancia do seu objetivo. A’ falta de dados, traduzindo o criterio acima, não vos posso fornecer um quadro estatistico que represente exactamente o desenvolvimento da instrucção secundaria entre nós. Ella continúa a ser ministrada no Lyceu Parahybano, equiparado ao Gymnasio Nacional, e são dignos de urgentes reparos os grandes defeitos que se notam nesse estabelecimento. E’ assim que o gabinete de physica e chimica e o de historia natural, acham-se desprovidos dos elementos indispensaveis ao preenchimento dos fins a que se destinam. Outro tanto acontece com os demais materiaes de ensino, e moveis [...] (ESTADO DA PARAÍBA, 1º de setembro de 1910).

A mensagem corrobora com o que a historiografia tem mostrado acerca dos contornos bem delimitados para o acesso ao ensino público secundário, e reafirma o lugar social daqueles que frequentavam a instrução secundária, isto é, *somente aqueles que revelam maior aptidão para a cultura das lêtras*.

João Lopes Machado aponta para as necessidades da Instituição, que encontrava-se naquela ocasião em escassez de elementos e recursos pedagógicos nos gabinetes de física, química e história natural.

Ao longo da história do Lyceu Parahybano, diversas medidas foram sendo tomadas a fim de melhorar o ensino secundário e o envolvimento dos seus alunos nas atividades escolares, notadamente entre 1912 e 1915, durante o governo de Castro Pinto.

Miranda (2021) considerou ter sido o governo de Castro Pinto um espaço de grande renovação da Instituição. Dentre as medidas tomadas por ele estavam a “formulação de novos

estatutos, construção de laboratórios, compra de material, contratação de professores via concursos e cuidados com a formação intelectual e social dos estudantes” (MIRANDA, 2021, p.162).

Consideramos terem sido as conferências realizadas no Lyceu Parahybano um meio para a promoção da formação intelectual, como já aludimos anteriormente, assim como julgamos tenham elas avançado em seus propósitos de aprimoramento do ensino, mas, mais que isso, de práticas pedagógicas modernizantes, contribuindo para um diálogo direto da Instituição com a circulação de ideias e ideais em debate na estrutura social da época.

Entendemos as conferências por esse viés moderno. Com a instauração da República, o discurso do novo e do progresso ganham contornos e força, muito embora saibamos que muitas ideias propagadas nesse período tenham sido suscitadas ainda durante o Império. A questão é que havia uma busca por modernizar os costumes, comportamentos e mesmo os espaços urbanos, e conseqüentemente o ensino secundário também tenderia a ser modernizado. Para isso o governador Castro Pinto, a partir de 1912, reformou o prédio do Lyceu Parahybano.

Mais do que uma reforma na estrutura física, é possível que Castro Pinto tenha objetivado estabelecer uma ponte entre os estudantes do Lyceu e o conjunto dos intelectuais. O resultado disso talvez tenha sido a criação de uma galeria no Lyceu com retratos de homens considerados de prestígio, entre eles Felizardo Toscano de Brito – professor do Lyceu –, Epitácio Pessoa, Adolpho Cirne e Maximiano de Figueiredo. (MIRANDA, 2021, p.169-170).

Outro meio, a nosso ver, de manter o alunado em contato com os intelectuais tenha sido a continuação das conferências dentro do Lyceu. Em relação à continuidade dessa prática, Miranda (2021) afirma que os responsáveis por manter viva as conferências foram os professores da Instituição, que se incumbiram eles próprios da tarefa de promover e de proferir aqueles discursos, e de outro lado os alunos que, uma vez organizados em grêmios estudantis, foram também encorajados a organizar algumas conferências, fazendo convites para palestrantes dentro e fora da Instituição.

Talvez possamos então concluir que os potenciais pedagógicos suscitados pelas conferências não só envolviam estudantes do Lyceu Parahybano, mas também a participação de outros grupos da sociedade, na medida em que as conferências eram abertas à comunidade em geral, sem contar que os discursos via de regra eram publicados nos jornais, o que era capaz de atingir camadas mais amplas da sociedade, que necessariamente não comparecia *in locu* às palestras.

Baseados no pensamento de Miranda (2021), acreditamos terem sido as conferências do Lyceu uma prática pedagógica que ia muito além dos muros do Lyceu. A propósito da

aproximação entre a escola e a sociedade, segundo Biserra (2015), elas se uniam com o objetivo de civilizar a população mediante os ideais modernos impulsionados pela ciência. Sob essa ótica, acreditamos que os ideias das conferências se deram também pela difusão de obras literárias, como aconteceu na ocasião da fala do escritor cearense Leonardo Motta:

Realiza-se hoje, ás 7 horas da noite, no salão nobre do Lyceu Parahybano uma conferencia litero-humoristica, promovida pelo illustre homem de letras dr. Leonardo Motta, actualmente nesta capital em propaganda de seu admiravel livro -Poesia Matuta-. A palestra do distincto poeta cearense versará sobre as bellezas do folk-lore nordestino, assumpto nacionalista de alta relevancia a que o emerito intellectual ha devotado as suas melhores energias. A Parahyba culta vae hoje, portanto ter verdadeiros momentos de fino goso espiritual, sentindo atravez das palavras do orador a evocação dos desafios rimados dos menestreis do nordeste brasileiro. O nosso denodado confrade, que nos deu hontem o prazer de sua visita, teve a gentileza de convidar esta redacção para assistir á sua interessante palestra. (O NORTE, 29 de maio de 1921).

O escritor Leonardo Motta discursou sobre os temas nacionalistas do seu livro *Poesia Matuta*. O Lyceu, como afirma Miranda (2021), tornou-se um centro de efervescência cultural, um espaço importante para a divulgação e fomento da cultura ao discutir tópicos considerados de grande relevância naquele momento.

A respeito da predileção pela temática nacionalista, ao citar Cunha (2010), Biserra (2015) diz que se pretendia com isso suscitar no povo o sentimento de pertencimento e de orgulho aos símbolos nacionais.

Pela leitura dos jornais selecionados para a nossa pesquisa, é fácil depreender que as habilidades oratórias dos palestrantes tenham em muito contribuído para a formação dos jovens estudantes do Lyceu, em sua maioria pertencentes a famílias da elite.

Ferronato (2014) diz que o Lyceu objetivava a formação desse público alvo para o exercício dos cargos de prestígio, que naquele momento, podemos destacar: professor secundário, jornalista, advogado, carreiras políticas, ou mais de uma dessas funções. Formar esses jovens para exercer essas funções demandava certamente desenvolver neles a eloquência e o gosto pela oratória das conferências.

Nesse sentido, acreditamos que as medidas educacionais tomadas pelo governo Castro Pinto foram significativas para a Paraíba, e de certo modo continuadas pelos governos que se sucederam.

Em linha geral, buscamos delinear o potencial pedagógico que compreendemos ter sido demonstrado pelas conferências do Lyceu, mesmo em face de poucos elementos. E realçamos que o trabalho em torno da organização das conferências foram provavelmente, disparadores

de uma maior interação entre professores e alunos, e destes com os intelectuais de fora da instituição, assim cremos que um protagonismo estudantil tenha sido suscitado, mediante a atuação dos grêmios, bem como, essa medida pedagógica fora do contexto tradicional, possa ter ocasionado entusiasmo, sobretudo, entre o corpo discente, que assistiram desde conferências cívicas, perpassando por assuntos econômicos, educacionais e mesmo algumas de cunho literário.

Vimos que uma rede de sociabilidades se estabeleceu entre os estudantes secundaristas e outros sujeitos intelectuais, em um movimento que extrapolou a sala de aula tradicional. Soma-se a isso a divulgação dessas atividades nos jornais, no intuito de incorporar e aproximar a sociedade daquele espaço de instrução pública secundária.

Conhecer o teor das conferências é o que faremos no tópico a seguir, tentando estabelecer paralelos entre os temas discutidos e as temáticas cruciais da sociedade que se formava naquele período.

3.1 TEMAS E TEMÁTICAS: DE QUE TRATAM AS CONFERÊNCIAS?

As conferências realizadas no salão de honra do Lyceu Parahybano trataram de diversos assuntos, e não é por mera coincidência que eram também temas caros naquele momento ao novo regime republicano.

Entre os temas abordados estavam: economia; educação; civismo; nacionalismo; imprensa; analfabetismo e temas literários. A fim de tentar compreender as ideias ali fomentadas e disseminadas, buscaremos discutir alguns aspectos que julgamos mais importantes.

Em virtude da variedade temática, criamos um quadro com as 12 conferências que conseguimos identificar durante as nossas pesquisas. Lembrando que algumas dessas conferências foram organizadas pelos grêmios estudantis do Lyceu, o que deixa ainda mais evidente a proposta pedagógica da Instituição, deslocada, pelo menos em parte, do processo ensino-aprendizagem, que tem como foco irradiador o conhecimento do professor.

Quadro 2: Conferências, seus conferencistas, os grêmios responsáveis e seus respectivos anos

Conferência	Conferencista	Organização/Convite	Ano
<i>A Moeda</i>	Affonso Campos	Grêmio Escolástico	1913
<i>Educação Popular</i>	Antônio Carneiro Leão	Grêmio Escolástico	1914
<i>Noção de Pátria</i>	Carlos Dias Fernandes	Professores e alunos	1914
<i>História e Apologia do Cão</i>	João de Lourenço	—	1915
<i>Factores da Dynamica Mental</i>	José Euclides da Cunha	—	1916
<i>Poetas da Abolição</i>	José Américo de Almeida	Grêmio 24 de março	1921
<i>A Associação Brazileira de Imprensa</i>	Pausilippo da Fonsêca	—	1918
<i>Horrores do Analfabetismo</i>	Evaristo Gurgel	—	1918
<i>Lítero-humorística ou Poesia Matuta</i>	Leonardo Motta	—	1921
<i>Tobias, Jurista Filósofo</i>	Carlos Dias Fernandes	Centro Acadêmico de Pernambuco	1921
<i>Educação Profissional</i>	Álvaro de Carvalho	Grêmio 24 de março	1921

<i>A Cultura Clássica</i>	Carlos Dias Fernandes	—	1921
---------------------------	--------------------------	---	------

Fonte: Quadro criado pela autora, PRAZIM (2023), a partir da obra de Miranda (2021) e da leitura do jornal *O Norte* e da Revista *Era Nova*.

A partir dos dados apresentados no quadro acima, discutiremos a primeira conferência realizada no salão da congregação do Lyceu, promovida pelo *Grêmio Escolástico*, e tendo o convite sido publicizado no jornal *O Norte*:

[...] Tendo de realizar-se no próximo dia 18, às 7 horas da noite, no salão da congregação do Lyceu Parahybano, a primeira conferencia promovida por este gremio, a qual será proferida pelo illustrado dr. Affonso Campos, lente deste estabelecimento, tomamos a liberdade de convidar vos para com vossa presença honrardes a alludida conferencia [...] (O NORTE, 18 de outubro de 1913).

Ainda no texto integral do convite, é mencionado que a comissão organizadora foi composta por Adalberto Ramalho, João da Matta C. Lima⁷, Jucundino Feitosa e Tito Americo T. de Mello. Apesar do detalhe em dar a conhecer quem estava organizando o evento, não identificamos no convite a menção ao título ou à temática da conferência.

Cogitamos que essa conferência se refere àquela apontada na historiografia como sendo *A Moeda*, visto que ocorreu no mesmo período da referida notícia, ou seja, em outubro de 1913. Na sua palestra, o então professor de português do Lyceu, Affonso Campos, discursou sobre a função da moeda. Em linha geral, era esse o teor da sua conferência:

[...] A palestra teve por foco a função da moeda, seja como instrumento de troca e mesmo elemento colaborativo da divisão de trabalho. O mesmo combateu a ideia de que o papel moeda era a falsa moeda dos governos modernos e argumentou que dentro da nação o seu valor estava sujeito a três fatores: quantidade; rapidez da circulação; quantidade de produtos no mercado, sem contar com a ação do crédito. (MIRANDA, 2021, p.215).

Talvez seja essa a primeira conferência realizada pelo *Grêmio Escolástico*, a que deu início às atividades pedagógicas, uma vez que se discutiu o elemento econômico, ponto que julgamos não ter sido habitual nas aulas de português no Lyceu Parahybano.

⁷ João da Matta Correia Lima obteve destaque enquanto aluno do Lyceu ao atuar como líder estudantil, fundou o Grêmio Maciel Pinheiro e colaborou com a revista *Lyceum*. Em 1915, foi aprovado na Faculdade de Direito de Recife onde se tornou bacharel em 1919. Adiante, passou a publicar sonetos em jornais paraibanos como: *A Noite* e *Renascença*, e assumiu maior ativismo político no jornal *Correio da Manhã*.

Acreditamos que os professores que desenvolviam outras atividades, viam aquela ocasião como uma oportunidade de trazer à tona assuntos de seu interesse e que envolviam outras áreas do conhecimento, visto que nunca se detinham em uma única função pública, especialmente no caso de Affonso Campos, que também era jurista, jornalista e político. Por meio da conferência, o professor tinha a possibilidade de transmitir novos saberes para o alunado e demais membros da sociedade, ampliando desse modo o conhecimento.

Adentraremos agora no tema da conferência proferida por Carneiro Leão, intitulada *Educação Popular*, que aconteceu no dia 16 de abril de 1914, também à convite do *Grêmio Escolástico*. A respeito da sua realização, o jornal *A União*, do qual o conferencista era colaborador, noticiou que a conferência seria de natureza pedagógica, e fez os seguintes apontamentos:

O nosso prezadissimo collaborador dr. Antonio Carneiro Leão, um dos polygraphos mais em evidencia no vizinho Estado de Pernambuco, recebeu hontem um honroso convite de representantes do corpo discente do Lyceu Parahybano, para realizar, no salão nobre d'aquelle estabelecimento de ensino, uma conferencia de natureza pedagogica [...] Já muito conhecido em todo paiz pelo seu livro *Educação* e pelos seus trabalhos avulsos na imprensa diaria e periodica, o nosso querido hospede dispõe de uma vastíssima illustração no assumpto de que trata esta noticia, estando assim capacitado para proporcionar aos convivas dessa festa intellectual uma hora deleitosissima de palestra erudita e pittoresca [...] (A UNIÃO, 14 de abril de 1914).

Por essa notícia podemos inferir que o conferencista ocupava um lugar social de destaque, visto que seu livro *Educação* o fez conhecido em todo o país. O teor da sua conferência, conforme Galvêncio (2013), dizia respeito às benesses dos métodos da Educação Popular tidos como modernos. Ainda conforme a autora, tal método alinhava-se às experiências de países como a França e a Inglaterra, que reduziram os problemas sociais de muitos jovens. O método ancorava-se na necessidade de investimento público por parte do Estado na educação, com o intuito de atender às classes desfavorecidas.

O conferencista compartilhava uma preocupação que era também a preocupação de muitos intelectuais da época, como o número exorbitante de analfabetismo, um problema que era a causa de tantos males e atraso social. Esse pensamento, consoante Galvêncio (2013),

também foi reverberado por Rui Barbosa, que acreditava que a partir da estratégia de modernização pretendida com a educação popular, o Brasil poderia vencer tais atrasos.

Sobre a conferência *Poetas da Abolição*, realizada em comemoração ao Dia 13 de Maio, dia em que a princesa Isabel assinou a lei que extinguiu a escravatura no Brasil, organizada pelo *Grêmio 24 de Março* e proferida por José Américo de Almeida, assim noticiou o jornal *O Norte*:

Em comemoração á data 13 de Maio, [...] o dr. José de Almeida, nosso confrade do “Diário do Estado”, leu vasta e bem elaborada conferencia. Presidiu aos trabalhos um dos lentes da casa, dr. Matheus de Oliveira, e um outro, o sr. conego dr. Pedro Anizio, apresentou, em curtas palavras, o orador ao auditorio, a quem logrou, entre outras sensatas e justas observações, dizer que o conferencista “é um astro de primeira grandeza a brilhar no céu parahybano, offuscando os demais”. A produção do dr. José de Almeida confirma, como tudo que lhe sae da penna, os seus dotes de escriptor apaixonado da forma em que molda os seus conhecimentos, aliás bem solidos. Como os alumnos do Lyceu vão publicar em folheto o extenso trabalho - POETAS DA ABOLIÇÃO, suspendemos por ora o nosso julgamento para o externar opportunamente [...] (O NORTE, 15 de maio de 1921).

A conferência realizada por José Américo de Almeida também contou com a publicação em folheto pelos próprios alunos do Lyceu. Em virtude da qualidade do papel, muito provavelmente o folheto não alcançou vida longa, o que não significa dizer que não possa ter circulado por outros espaços, conforme veremos mais adiante. Vale lembrar que é do mesmo ano da palestra, 1921, a data de publicação do seu primeiro livro homônimo.

A palestra fazia parte das comemorações cívicas em homenagem à abolição da escravatura, um tema representativo dos novos valores que se pretendia para aquele período, para uma sociedade envolta nos ideais de progresso e em valores civilizatórios, muito embora, nesse mesmo período, “mulheres, camponeses iletrados, imigrantes e ex-escravos ainda não tinham direitos políticos”. (BISERRA, 2015, p. 46).

O regime republicano esforçava-se para superar as sombras e marcas de atraso deixados pelos regimes que o precederam, ainda que conservasse os mesmos mecanismos que eram alvo de críticas de seus representantes, como a terrível corrupção política e a infausta presença de grupos oligárquicos no governo. (BISERRA, 2015).

A conferência de José Américo repercutiu na Revista *Era Nova*, da qual o escritor era colaborador, e no jornal *A União*, dando conta que a imprensa oficial iria publicar e comercializar o discurso, com arrecadação revertida em favor do *Grêmio 24 de março*, responsável pela organização do evento.

Poetas da Abolição consistiu em um compilado de comentários girando em torno de poemas dedicados ao abolicionismo, em que se enfatizava a importância seminal de poetas

como Castro Alves, além de citar políticos e jornalistas que exerceram papel preponderante no processo da abolição da escravatura, como José do Patrocínio e Luiz Gama.

A revista *Era Nova* publicou um trecho da conferência, do qual destacamos a seguinte parte:

[...] Dizia Ruy Barbosa, em 1881: “O elemento servil é o cunho negro de toda a nossa história e a extinção do elemento servil será a fímbria luminosa de todo o nosso futuro”. Mas nós demos liberdade aos pretos - já lá vão tantos annos - e, agora, essa fímbria, é um listrão de sangue. Agora, elles pedem a igualdade. Elles e o mundo em peso. A modos que ha fome, de verdade, e ha fome de justiça! O ideal revolucionario vem rolando, em ondas vermelhas, das estepes da Rússia. E’ um movimento inquietador que despedaça os velhos moldes, desterra formulas seculares, renega as tradições, transtorna a ordem juridica e rectifica a direcção do mundo, num prurido de soluções violentas. E’ a alma universal em convulsões. A humanidade tem calafrios á beira dos abysmos que vem cavando. A nossa civilização tem fluxo e refluxo, nos recuos para a barbaria dos *soviets* e nos avanços para o sonho igualitario [...] (ERA NOVA, 01 de junho de 1921).

Na passagem acima, José Américo cita trechos de Ruy Barbosa – intelectual influente durante a República – para expressar seu desprezo pelos *velhos moldes* sobre os quais foram estabelecidos os rumos da sociedade até ali.

Conforme Biserra (2015), os sujeitos envolvidos pelos ideais do Partido Republicano objetivam construir uma identidade nacional, uma vez que o Brasil era uma nação mergulhada em profundo atraso. De maneira que o texto de José Américo apontava para os efeitos negativos e os retrocessos provocados por uma nação pioneira em escravizar pessoas e a última do continente americano a libertá-las, como aponta a historiografia. Sobre os males com os quais o regime publicano ainda teria que enfrentar, o autor de *A Bagaceira*:

[...] Não precisamos arremetter contra nossa construcção democratica: essa organização politica seria capaz de proporcionar o maximo de felicidade publica. Emendamos, antes, os costumes. O que deprime e desmoraliza o regime são os seus monstruosos desvios: a politica vesga; os govêrnos aladroados; a orgia das injustiças; a preterição dos valores; o favoritismo exclusivista; a mão de ferro dos mandões!...Tentemos ainda conjurar as correntes reacionárias pelo exercicio das virtudes republicanas. Restaurando-se a moralidade administrativa, supprimindo-se o monopolio dos cargos remunerados, conciliando-se as tendencias, estabelecendo-se um systema de compensações, poderá subsistir o nosso estado social e politico. Mas se continuarem a falhar esses principios, venha o espírito innovador, em sua feição reconstructiva, para que a geração dos moços realize [...] (ERA NOVA, 01 de junho de 1921).

A má conduta dos políticos, dos governos, as injustiças, o autoritarismo, a frágil moralidade administrativa, tudo é captado pela antena alerta do escritor. Esses fatos eram indicativos dos aspectos que *deprimiam e desmoralizavam o regime*, falhas que se não fossem superadas urgentemente, teriam que ficar para as gerações futuras.

A temática abordada estava no bojo dos ideais republicanos, e ganhou destaque na imprensa uma vez que esta era o principal veículo para a propagação “de um novo ritmo para o cotidiano das cidades, anunciando a ordem, o progresso, a urbanização, as ideias abolicionistas e republicanas”. (GALVÍNCIO, 2013, p.63).

Comparado a José Américo, a conferência de Leonardo Motta trazia um tema mais ameno, a *Poesia Matuta*, ensejando uma oportuna discussão sobre as *belezas do folklore nordestino*, e integrava o campo das ideias nacionalistas que a República pretendia a todo custo propagar. Acerca dessa conferência, poucas informações foram encontradas.

Sobre as conferências proferidas por Carlos Dias Fernandes, vamos nos referir primeiro à que recebeu o título de *Tobias, Jurista Filósofo*, realizada a partir do convite de acadêmicos do Centro Acadêmico de Pernambuco, tendo por objetivo a arrecadação de donativos para a construção de um monumento em bronze do filósofo sergipano Tobias Barreto. A respeito dessa conferência, lemos na Revista *Era Nova*:

[...] Nesta capital, aonde vieram promover festas e angariar donativos para o monumento a Tobias Barrêto, encontram-se, ha alguns dias, os academicos de direito Mario Coriolano, Osires Carneiro e Sylvio Rabello. Dando inicio à missão que lhes foi confiada pelo “Centro Acadêmico de Pernambuco”, esses moços convidaram para fazer uma conferencia allusiva á pessoa de Tobias Barrêto, o dr. Carlos D. Fernandes, que, accedendo ao convite dos dignos estudantes, se desincumbiu daquelle encargo no sabbado transacto, num dos saloes do Lyceu Parahybano. A peça litteraria do dr. Carlos D. Fernandes será enfeixada em opusculos, a fim de ser passada pelos membros da commissão, revertendo o resultado da renda em beneficio da criação da estatua do immortal sergipano. (ERA NOVA, 01 de julho de 1921).

Essa conferência, em especial, foi demandada por pessoas de fora do Lyceu, uma vez que foi realizada a convite de alunos do Centro Acadêmico Pernambucano. Portanto, julgamos ser este, um indicativo da multiplicidade de funcionalidades aplicadas ao uso das conferências, que nesta ocasião tornou-se um meio de financiar a criação da estátua de Tobias Barreto, em Pernambuco.

Dando continuidade aos temas das conferências, a *Educação Profissional*, de Álvaro de Carvalho, foi mencionada na Revista *Era Nova*, que além de citar que a conferência aconteceu

por iniciativa do *Grêmio 24 de março*, deu indicativos do teor da conferência, como se vê no trecho abaixo:

[...] Bota-se o illustre conferencista pela *necessidade do ensino profissional*, isto é, pelo ensino em que, ministradas aos jovens educandos noções praticas, relativas ás artes e ás industrias, os aparelhemos, dess'arte, para o exercício futuro de alguma profissão útil, e não os vejamos, toda vida, degradados em “almofadinhas e mellindrosas”. Pode a estes e estas (não sei se ha erro em distinguir o sexo) parecer algo autoritario o tom em que discreteou o habil conferencista, mas o dr. Alvaro é o typo perfeito do homem pratico, no sentido elevado desta palavra, - do homem que se faz pelo proprio esforço, do homem que “se basta a si mesmo”, no dizer pinturesco do dr. Ingenieros, por elle citado. Pode, pois, sobre o assumpto falar com certa autoridade, e até excusavel seria o seu radical dogmatismo [...] (ERA NOVA, 01 de agosto de 1921).

Pelos breves comentários acerca da conferência, é possível inferir que o conferencista defendeu o estabelecimento de um ensino prático e profissional, *relativo às artes e às indústrias*, uma *profissão útil*, a fim de que os jovens não se degradassem em *almofadinhas e mellindrosas*.

No Brasil, temos visto ao longo dos anos esforços em torno de uma Educação Profissional, se assim podemos anunciar, e conforme aponta a historiografia, voltada para as camadas menos favorecidas da população, com caráter assistencialista, filantrópico, para mascarar as desigualdades sociais e conter o ócio e a criminalidade. (BATISTA; MÜLLER, 2022).

Citando ainda Batista e Müller (2022), durante o governo de Epitácio Pessoa, entre 1919 e 1922, as escolas profissionalizantes sofriam com sérios problemas em sua estrutura, apresentavam falhas no planejamento pedagógico, falta de funcionários para ministrar as oficinas e evasão escolar. Os autores também dizem que houve uma proposta de lei⁸ cuja finalidade era incluir nas disciplinas da instrução secundária artes e ofícios, mas essas propostas não foram concretizadas, ao menos durante o período de tempo ao qual nos limitamos.

A proposta de Álvaro de Carvalho seguia um caminho diferente daquele que comumente os dirigentes do Lyceu Parahybano pretendiam para os estudantes, centrado no prosseguimento

⁸ A proposta de criação da lei em questão, foi capitaneada pelo deputado mineiro Fidélis Reis, em 1922, que pretendeu tornar obrigatória a profissionalização em todas as escolas do Brasil, a despeito da classe social à qual pertencesse seus alunos. Portanto, o projeto indicava que apenas teriam acesso ao Ensino Superior e aos cargos públicos os indivíduos com certificado de habilitação profissional. Após tramitar por cinco anos, o projeto foi aprovado em 22/08/1927, mas com alteração, retirando a obrigatoriedade da formação profissional (BATISTA; MÜLLER, 2022).

dos seus estudos no Ensino Superior. No entanto, Miranda (2021) nos diz que a partir do Regulamento de 1912, ocorreu uma certa mudança nos objetivos educacionais propostos para os estudantes, visto que o Lyceu além do ensino propedêutico, também passou a ofertar um curso de comércio com duração de três anos, com vistas ao incremento de uma educação prática na instrução secundária.

De todos os conferencistas que estudamos, Álvaro de Carvalho foi o único que não veio de família abastada, antes de se tornar vice-presidente da Paraíba, foi barbeiro e secretário do *Jornal do Comércio*, o que parece indicar que sua trajetória para alcançar cargos públicos de prestígio requereu não apenas o concurso da atividade intelectual, mas muito conhecimento prático. O texto de sua conferência se transformou posteriormente em livro, vindo a ser publicado em 1946.

A respeito das conferências: *História e Apologia do Cão* (1915); *Factores da Dynamica Mental* (1916); *A Associação Brasileira de Imprensa* (1918), *Horrores do Analfabetismo* (1918) e *A Cultura Clássica* (1921) não encontramos nada sobre o conteúdo delas nas fontes em que pesquisamos, embora não seja difícil depreender do que tratavam pelo próprio título.

Embora não tenhamos encontrado nada sobre o conteúdo delas, mesmo que parcial, julgamos que foram importantes dentro do ciclo das conferências realizadas no Lyceu Parahybano.

Em síntese, as conferências discutiram e difundiram uma gama de conteúdos, quase sempre alusivos ao novo sistema político e tudo aquilo que a ele dizia respeito: nacionalismo, civismo, economia, instrução, marcos abolicionistas, imprensa, educação popular, profissional, analfabetismo; hipoteticamente, temas que buscavam a superação dos aspectos políticos, sociais, econômicos e educacionais tão caros à “nova” nação.

Nos comentários obtidos a partir de jornais e revistas, é possível entrever o que foram as conferências e seus desdobramentos, muitas delas se transformando em folhetos, opúsculos e livros.

Não tratamos de uma das conferências anunciadas no Quadro 2: *Noção de Pátria*. Isso ocorreu de maneira proposital, pois foi a única que conseguimos acessar o conteúdo completo, e queríamos poder realizar uma análise com mais acuidade. A conferência foi proferida por Carlos Dias Fernandes, e, ao que parece, foi uma das que alcançaram maior repercussão, transcendendo o próprio Nordeste.

3.2 PARA ALÉM DO LYCEU PARAHYBANO: A REPERCUSSÃO DA CONFERÊNCIA “NOÇÃO DE PÁTRIA”

Ao longo dos capítulos discorreremos sobre as conferências realizadas no Lyceu Parahybano, na ocasião convertido em espaço a mais de difusão de conhecimento, conferências essas que foram depois publicadas em jornais, folhetos, opúsculos, e até em formato de livro. De todas, no entanto, a conferência *Noção de Pátria*, de Carlos Dias Fernandes, nos chamou mais atenção, principalmente por ter alcançado repercussão não apenas na Paraíba, mas nacionalmente. Buscaremos agora analisar o conteúdo da conferência, observando tanto os aspectos pedagógicos como sociais e políticos.

Segundo Galvínio (2013), o início da Universidade Popular – instituição que engendrou a prática das conferências – coincidiu com o retorno de Carlos D. Fernandes à Paraíba, para o comando do jornal *A União*, e na condição de conferencista. Carlos D. Fernandes é autor de três conferências: *Noção de Pátria* (1914), *Tobias, Jurista Filósofo* (1921), e *A Cultura Clássica* (1921).

A conferência *Noção de Pátria* aconteceu no dia 24 de março de 1914, na celebração do 78º aniversário da fundação do Lyceu. Miranda (2021) disse que os próprios professores da Instituição convocaram o jornalista, agora na condição de egresso do Lyceu, para proferir a palestra, um dos pontos altos da comemoração. Ainda segundo a autora, o Lyceu vivia naquele momento o início dos seus *decênios gloriosos*, com um conjunto de melhorias em sua estrutura física, incluindo o teto, a fachada, os gabinetes, laboratórios, materiais escolares adequados, acrescido de um corpo docente conceituado.

Semanas antes da data de comemoração, já se gozava uma atmosfera de grande entusiasmo, sobretudo entre o corpo discente que se mobilizou em torno da organização do evento, auxiliado pelo diretor da Instituição, Thomaz Mindello, e por toda a congregação do Lyceu. (*A UNIÃO*, 07 de março de 1914). O convite para proferir a palestra foi feito diretamente por um grupo de alunos que compareceu à redação de *A União*, onde Carlos D. Fernandes era diretor.

Dois dias antes da realização da palestra, o jornal *A União* estampou em suas páginas que a referida comemoração seria revestida de “profunda e brilhante intellectualidade”, e ainda antecipou o que versaria a conferência a ser realizada:

[...] O significativo e symphatico acontecimento da vida civica e physica da Parahyba realçará ainda mais pela circumstancia de se ter de fazer ouvir, numa conferencia sobre assumpto de toda a relevancia patriotica, o nosso preclaro

director dr. Carlos D. Fernandes. O insigne polygrapho vai dissertar, com a sabedoria irrecusavel dos seus conhecimentos e com a enorme força dos seus recursos oratorios, sobre a Noção de Pátria, á luz dos modernos principios pedagogicos e sociaes. (A UNIÃO, 22 de março de 2014).

Carlos Dias Fernandes fez seu discurso sobre a pátria com *a enorme força dos seus recursos oratorios*, agradando em cheio a plateia. Galvêncio (2013), citando Souza (1998), alega que outros projetos políticos apareceram, no entanto, os de cunho nacionalista foram predominantes e tiveram maior espaço e reverberação naquele período da vida republicana.

A opção temática em torno do patriotismo, como sugere Miranda (2021), expôs os sintomas vividos durante a Primeira República, quando se pretendia suscitar o sentimento de pertencimento do povo a uma nação. Biserra (2015) entende que para fortalecer a ideia de nação, “foi criado um conjunto de símbolos para representar o regime – armas, brasões, hinos, bandeiras, heróis e datas, elementos que reverberaram no cotidiano da escola”. (BISERRA, 2015, p.128).

Podemos pensar a utilização desses símbolos e discursos em favor da construção de um sentimento patriótico a partir da ideia de representação que, segundo Chartier (2019), tomando como ponto de partida o entendimento das construções sociais que nela se opera, é possível obter uma compreensão diferente de *realidades essenciais* como:

[...]o exercício da autoridade, baseado na adesão aos signos, aos ritos e às imagens; a construção das identidades sociais ou religiosas, situada na tensão entre as representações impostas pelos poderes, pelos dominantes ou pelas ortodoxias; as formas da dominação colonial, quando operam graças à colonização das categorias do pensamento; a consciência de si mesma, própria de cada comunidade; as relações entre os sexos, pensadas como a inculcação, pela repetição das representações e das práticas. [...] (CHARTIER, 2019, p.26)

É por meio dessas várias instâncias que podemos apreender como representações (entendendo que a ideia de nação e símbolos da pátria façam parte delas), os dirigentes políticos aliados aos intelectuais tentaram suscitar por vias instrucionais a inculcação da ideia de nação, de pertencimento e de uma identidade nacional. Na conferência *Noção de Pátria*, Carlos D. Fernandes deixa claro o pensamento pedagógico ao qual estava alinhado por influência de Edmundo de Amicis, escritor e militar italiano, ou como nas palavras do conferencista, um *insigne didacta italiano*:

[...] A pedagogia de De Amicis é intuitiva e sentimental, ajustando-se naturalmente, delicadamente, aos gostos instinctivos da creança. O coração e o cerebro desenvolvem-se ao mesmo tempo, ao influxo das suas doutrinas; d’ellas irrompem o character e o sêr moral, identificados na individualidade

cívica, pela cultura isochrona do sentimento e da razão [...] (A UNIÃO, 1914, p.05).

Para Carlos Dias Fernandes, uma educação intuitiva e sentimental era capaz de forjar indivíduos moralmente desenvolvidos e que tenderiam a seguir as regras e os valores cívicos. As obras de Edmundo de Amicis se caracterizavam por ser uma escrita cativante, sobretudo para os jovens, em especial a obra *Coração*⁹, citada pelo conferencista. A opção de Dias Fernandes por fazer referência a essa obra, era, a nosso ver, pertinente naquele contexto, uma vez que se pretendia desenvolver nos jovens o sentimento e a consciência cívica propiciados pela “cultura isochrona do sentimento e da razão”. De acordo com Dias Fernandes, a obra citada viria a “aformosear e polir o espirito das creanças, inculpido-lhes na sensível emotividade a imagem augusta e bem nitida da pátria”. (FERNANDES, 1914, p.06).

Além de exaltar as qualidades da obra de De Amicis, Galvínio (2013) diz que Dias Fernandes elevou o autor italiano acima de outros nomes como Leibniz e Pestalozzi. Refletindo sobre o significado político da pátria, o conferencista questiona, segundo Miranda (2021), se antes da data da independência havia tido uma pátria no Brasil, e enfatizou a importância de uma língua nacional como pressuposto para a construção do país enquanto pátria. (GALVÍNIO, 2013, p.95).

[...] Se já temos um troço d’homens, um territorio, uma soberania transplantada e um governo instituido, por que então se não funda o Estado? por que se não homogenizam em nação aquelles bastantes elementos constituintes? Porque ainda não ha povo ou uma colletividade d’homens amalgamados nas mesmas crenças, nos mesmos costumes, nas mesmas tradições, pelo crysol fundente da mesma lingua [...] (A UNIÃO, 1914, p. 07).

Sob os mesmos tons, vemos no trecho acima, o conferencista realçar a sua perspectiva em favor da unificação da língua. E ainda ao longo de seu discurso, essa defesa fica ainda mais clara quando enfatiza a língua como o “maior elemento possível de coesão nacional”.

Em outros trechos menciona a Itália e a formação de sua pátria como exemplo a ser seguido no Brasil. Buscando com isso instigar e suscitar no povo brasileiro a afeição pelos elementos constitutivos do seu país. Do mesmo modo, mediante a constituição de uma língua unificada, o conferencista pontua que seria possível a formação de uma coletividade humana,

⁹*Cuore* (1866) é o nome original da obra de Edmundo De Amicis, o livro é caracterizado pelo seu tom sentimental, escrito em forma de um diário de estudante, ao longo de um ano letivo entre 1881 e 1882, numa escola primária na Itália.

Ao longo da conferência Carlos D. Fernandes também faz menção à outras obras de De Amicis como: *Olanda* (1874); *Constantinople* (1877); *La Vita Militare* (1880); *Marrocos* (1889); *Sull’Oceano* (1889) e *L’idioma gentile* (1905).

no sentido de compartilhar e nutrir as mesmas crenças, costumes e tradições, para que assim fosse viabilizada a construção de um Estado.

Para Carlos D. Fernandes, sem a unificação de uma crença calcada no culto em um único Deus, é impossível construir as bases de uma pátria sólida e moral: “[...] amemos a pátria pela religião pois que é no systema das nossas crenças que se enraizam as bases da moral e do direito” (FERNANDES, 1914, p.11).

Além da língua e da religião, o conferencista ressalta o amor à natureza como mais um recurso para se cultivar o amor à pátria: “a natureza brasileira é prodigiosamente bella, fecunda e multiplice”. Os brasileiros, nas palavras de Dias Fernandes, deveriam amar todos os aspectos geográficos e biológicos, pampas, sertões, rios, florestas, fauna e flora.

Para ele a língua tinha mesmo era que ser falada com o mesmo deleite com o qual é expressada durante a prece. A fala e a escrita se colocam como elementos de fortalecimento da nação. A escrita era a forma de falar bem, somente a gramática conteria os princípios específicos da linguagem, de modo que o conhecimento empírico, isto é, apenas o conhecimento e o uso oral da língua portuguesa não eram suficientes para dominá-la. Considerava que conhecer a língua portuguesa de forma profunda era outro meio de demonstrar amor à pátria.

[...] Para amar fundamente essa formosa língua que foi predilecta de Venus, como refere Camões; essa lingua em que se repetem hereditariamente as pulchridades maternas, a despeito de Lutecia, Hispalis e Italia, é preciso revolver as chronicas atavicas da Hellade e assistir do alto Palatino ás traças de Romulo, quando raptou as Sabinas para povoar a Cidade Eterna. Se a quizerdes amar assim, honrando a pátria que ella distingue, procurar penetrala, nos seus detalhes e conjuncto, porque se estimam melhor aquellas coizas que mais se conhecem [...] (FERNANDES, 2014, p.14).

No final da conferência Dias Fernandes fez uma “oração à pátria”, dizendo que ela deveria ser murmurada em silêncio; depois pediu para o público presente desenvolver e propagar o amor à nação.

De acordo com Miranda (2021), a conferência *Noção de Pátria* foi possivelmente um ato de aclamação ao sentimento de pertencimento a uma nação agora republicana. Ainda de acordo com a autora, a conferência não serviu apenas para comemorar o aniversário do Lyceu, serviu também para comemorar o próprio regime republicano.

Jornais de fora do estado também escreveram sobre a conferência, entre eles *O Paiz*, do Rio de Janeiro, e o *Jornal Pequeno* de Pernambuco, sendo algumas dessas notícias veiculadas no jornal *A União*, como lemos abaixo:

O Paiz, noticiando a conferencia realizada pelo dr. Carlos D. Fernandes no Lyceu Parahybano, sob o titulo NOÇÃO DE PATRIA, occupase longamente da sua proclamada capacidade litteraria e consummado talento, e diz que o notavel homem de letras conquistou um nome verdadeiramente intellectual, conhecido em todo o paiz pela sua illustração rara, attestada em muitas obras espalhadas e recebidas auspiciosamente pela crítica nacional. O Paiz transcrevendo longos trechos da assombrosa peça litteraria, diz que o dr. Carlos D. Fernandes faz orgulho á sua terra natal. (A UNIÃO, 21 de abril de 1914).

Noção de Pátria foi depois reproduzida na oficina gráfica de *A União* e distribuída no Orfanato Dom Ulrico¹⁰. No total foram entregues 300 exemplares, de modo que as jovens que residiam no orfanato talvez pudessem ter tido acesso à conferência.

Miranda (2021) nos diz que a circulação de *Noção de Pátria* por espaços externos à instituição, em nível regional e nacional, levou o Lyceu Parahybano a ser visitado mesmo que indiretamente por outros grupos sociais, através da publicação da conferência e das notícias propagadas por jornais de vários estados brasileiros.

Sobre o que levou *Noção de Pátria* a ter tamanha repercussão, três argumentos nos ocorrem: o prestígio do autor, o tema apelativo e a divulgação na imprensa.

Galvínio (2013) ao expressar que apesar de Dias Fernandes não ter exercido funções pedagógicas de forma tradicional, como professor primário ou secundário, ainda assim, a sua trajetória pedagógica aconteceu devido aos políticos, terem disponibilizado a ele o uso desses espaços e meios educativos¹¹ – jornal e conferências – para que disseminasse suas ideias educacionais, por vezes influenciada pela literatura clássica europeia e pelo civismo positivista. Além disso, podemos ainda cogitar que a opção temática de Dias Fernandes, isto é, o civismo, enquanto assunto de interesse republicano e nacional, viabilizou tamanha circulação da conferência pelo Brasil, assim como, os comentários positivos ao seu respeito.

Diante de tais reflexões, realçamos o potencial pedagógico suscitado pelas conferências realizadas no Lyceu, que ao nosso ver, operaram em conformidade com os anseios do regime, suas representações, interesses políticos e ideais sustentados pelos intelectuais em prol do desenvolvimento de debates em torno de temas variados, tais como: civilização; analfabetismo; educação; instrução; abolição; e modernização do país, este último, pensado em todos os seus aspectos, incluindo o pedagógico como elemento fortalecedor dos símbolos, signos e significados do nacional.

¹⁰ Acerca da história do Orfanato Dom Ulrico entre os anos 1913 a 1929, ler Nascimento (2015).

¹¹ Realçamos que Carlos Dias Fernandes foi autor do Livro didático *Escola Pittoresca* (1918), direcionado para a instrução primária, durante o governo de Camillo de Hollanda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face dos objetivos circunscritos neste estudo, buscamos conceber a realização das conferências proferidas no Lyceu, compreendendo tanto os sujeitos responsáveis pela promoção desses eventos – corpo docente e discente – quanto os intelectuais que discursaram no salão de congregação do Lyceu. Somado aos potenciais pedagógicos por elas propiciados. Observamos indícios de terem sido essas conferências palco de um engajamento estudantil, de ampliação de conhecimentos e da atuação dos intelectuais pertencentes ao cenário paraibano e mesmo de fora do Estado, que comungavam em torno de projetos educacionais similares, envoltos na propagação de uma educação cívica, positivista e com ideais que se pretendiam modernos. Portanto, no desenrolar das conferências vimos os intelectuais atuarem como porta-voz do nacionalismo, da educação popular, da educação profissional, da celebração de marcos abolicionistas, bem como fizeram reverberar suas preocupações quanto ao analfabetismo e outros males que assombraram a Primeira República, como os infaustos grupos oligárquicos, a frágil moralidade administrativa, dentre outros.

Nessa perspectiva, identificamos que na ocasião das conferências reuniram-se no Lyceu – alunos, professores e demais membros da sociedade –, e por meio daquele ambiente educacional, foram difundidos conhecimentos múltiplos e sensíveis aos anseios e preceitos políticos, educacionais e culturais emanados pela e para a República.

Sob essa ótica, cogitamos serem as conferências do Lyceu uma possível chave de leitura, ainda que mediante vestígios e indícios, para a compreensão dos possíveis ideais partilhados pelos intelectuais da Paraíba quando do estabelecimento da Primeira República, e no qual consideraram pertinentes transmiti-los aos jovens estudantes daquela Instituição.

Conveniente realçar Chartier (2019) quando aponta que qualquer das fontes documentais mobilizadas para a leitura da história não nos revelará uma relação direta ou translúcida com as práticas que indicam. Portanto, o que estabelecemos são hipóteses e interpretações a partir da sobreposição entre a leitura de jornais, revistas, documentos governamentais e a historiografia.

No total foram rastreadas 12 conferências, embora, as informações acerca de quatro delas tenham sido bastante incipientes, devido aos limites postos pelo alcance das fontes históricas consultadas, de modo que não encontramos nada além dos seus títulos. Além é claro, do fato de que quase sempre estivemos acessando parte dos seus textos, haja vista só termos identificado na íntegra, *Noção de Pátria*, proferida por Carlos Dias Fernandes, publicada no jornal *A União*.

Importante dizer que mesmo diante das lacunas, dos silêncios do tempo, e buracos da memória¹², vislumbramos que as conferências integraram o escopo das renovações pedagógicas empreendidas no Lyceu, em nossa ótica elas foram uma possível forma de modernização das práticas escolares, uma vez que propiciaram um ambiente de difusão de conhecimentos culturais, pedagógicos, científicos, mas também sociais e políticos, que se sucederam fora do contexto das aulas cotidianas. Fora isso, suscitamos que na ocasião das conferências, os holofotes foram postos sobre os sujeitos intelectuais, de forma que estes galgaram ainda mais espaço e relevância dentro da sociedade que atuavam e no qual julgamos, puderam intervir em alguma medida, a partir das ideias promovidas em seus discursos.

Além disso, as conferências enquanto uma prática pedagógica não convencional para a época, conforme vimos a partir de Miranda (2021) demonstraram ser atividades com resultados positivos para a Instituição, tendo em vista terem durado cerca de uma década. Cremos que uma das possíveis motivações dessa longevidade, tenha sido pois, o engajamento estudantil proporcionado pela organização desses eventos, agindo como um elemento de incentivo para os alunos, que viam suas atividades dentro do Lyceu, reverberando para além dela, circulando nos jornais e atingindo outros grupos sociais.

Percebendo que essas práticas do Lyceu estabeleceram relações externas a Instituição, notamos as projeções alcançadas por estes eventos, ainda que em diferentes níveis, na medida em que os discursos proferidos também foram transcritos e impressos, chegando mesmo alguns deles a serem publicados em formato de livro no futuro, qual seja: *Poetas da Abolição e Educação Profissional*. Sem sombra de dúvidas, defendemos que as conferências alcançaram um público para além do Lyceu e cumpriram com o seu papel sócio educacional.

Por fim, enfatizamos, que as perspectivas que traçamos e os pontos que realçamos são um ensejo para que novos estudos e aprofundamentos possam vir a ser desenvolvidos, ampliando, assim, o debate acerca do movimento das conferências, da atuação dos intelectuais na instrução pública secundária e do Lyceu Parahybano, enquanto instituição educacional de grande representatividade e longevidade na Paraíba.

¹² Termo cunhado por George Orwell em seu romance distópico *1984*.

5 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paula; CORRÊA, Rosa. Universidades Populares: França (XIX) e Portugal (XX). **Revista Brasileira de História da Educação**. Curitiba, v.22, 2022.
- BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno Dicionário dos Escritores / Jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand**. Socorro de Fátima Pacífico Barbosa organizadora. – João Pessoa, 2009. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>
- BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. Breve Panorama do Ensino Profissional no Brasil. In: PINHEIRO, Antonio C.F; MACHADO, C.J.S; BATISTA, E.L; MÜLLER, M.T (org.). **Educação e Trabalho na Paraíba** . 1. ed. Fortaleza-CE: Editora da UECE, 2022, p. 33-57.
- BISERRA, Ingrid Karla Cruz. Educação na Primeira República Parahybana: legislação, imprensa e sujeitos no governo de Camillo de Hollanda (1916-1920). 2015. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BITTAR, Marisa. “Educação Profissional”: Um estudo sobre os trabalhos apresentados no IX Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). In: **História da educação: global, nacional e regional**/ Cláudia Engler Cury, Carlos Eduardo Vieira, Regina Helena Silva Simões, organização. - 1. ed. Vitória-ES: EDUFES, 2019, p. 231-247.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, 77 p.
- CHARTIER, Roger. História da Educação e História da Cultura Escrita. In: **História da educação: global, nacional e regional**/ Cláudia Engler Cury, Carlos Eduardo Vieira, Regina Helena Silva Simões, organização. - 1. ed. Vitória-ES: EDUFES, 2019, p. 15-35
- COSTA, J. C. de C.; ESPÍNDOLA, M. L.; GALVÍNCIO, A. S. Redes de sociabilidade intelectual e educação: atuação de Castro Pinto e Carlos Dias Fernandes na primeira república. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas-SP, v. 13, n. 53, p. 56–77, 2014.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **O Imaginário Social Sobre a Educação na Parahyba da Primeira República**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XIV, 2010, Paraíba.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. Primeira República, Intelectuais e educação: entre a utopia e o (des)encantamento de Castro Pinto (1888-1915), 2012. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

ESPINDOLA, Maíra Lewtchuk. **Instituições Educadoras: Imprensa, Biblioteca e Universidade Popular no Governo Castro Pinto na Parahyba (1912-1915)**. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, VII, 2013.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das Aulas Avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. Aracaju: Editora Oficial do Estado de Sergipe – EDISE; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2014.

GALVÍNCIO, A. S. Atuação Educacional de Carlos Dias Fernandes na Parahyba do Norte (1913-1925): jornalismo, literatura e conferências. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

LUCA, Tânia R. de. FONTES IMPRESSAS: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., I a, São Paulo: Contexto, 2005. p. 111 a 154.

MACHADO, Charliton José dos Santos; da Silva Nunes, Maria Lúcia; Meira de Vasconcelos, Larissa. **O presidente Castro Pinto e a Universidade Popular: ideais da educação na Parahyba do Norte publicados no jornal A União (1912-1915)** Educação Unisinos, vol. 19, núm. 2, mayo-agosto, 2015, pp. 184-195 Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Brasil.

MENEZES, José Rafael de. **História do Lyceu Parahybano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1982, 272p.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Tradição Gloriosa: Lyceu Parahybano, uma história de protagonismos (1886-1923)**. João Pessoa: Editora CCTA, 2021.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472p.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. **Uma escola propedêutica na província da Parahyba do Norte: O Lyceu Parahybano (1836 a 1848)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, XXV, 2009, Fortaleza.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Rosa Fátima de. A investigação histórica sobre o ensino secundário no Brasil. In: CASTRO, Cesar Augusto (Organizador), **Ensino Secundário no Brasil: perspectivas históricas**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 27-43.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2013.

FONTES

CONFERÊNCIA:

Noção de pátria. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914.

RELATÓRIOS:

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, João Lopes Machado, em 1º de setembro de 1910.** Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 14/03/2023.

PARAHYBA DO NORTE, Província da. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa da Parahyba do Norte pelo Presidente da Província, João Pereira de Castro Pinto, em 1º de setembro de 1913.** Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 12/11/2020.

REVISTAS:

Era Nova, 01 de junho de 1921. Disponível em: [HTTP://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo](http://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo). Acesso em: 18/04/23.

Era Nova, 01 de julho de 1921. Disponível em: [HTTP://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo](http://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo). Acesso em: 19/04/23.

Era Nova, 01 de agosto de 1921. Disponível em: [HTTP://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo](http://cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo). Acesso em: 20/04/23.

JORNAIS:

O Norte, 15 de janeiro de 1913. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 15/10/2020.

O Norte, 16 de janeiro de 1913. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 07/03/2023.

O Norte, 25 de janeiro de 1913. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 07/03/2023.

O Norte, 06 de abril de 1913. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 07/03/2023.

O Norte, 18 de outubro de 1913. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 07/11/2020.

A União, 22 de março de 2014. Disponível em: [HTTP://auniao.pb.gov.br](http://auniao.pb.gov.br). Acesso em 05/11/2020.

A União, 14 de abril de 1914. Disponível em: [HTTP://auniao.pb.gov.br](http://auniao.pb.gov.br). Acesso em 05/04/2023.

A União, 21 de abril de 1914. Disponível em: [HTTP://auniao.pb.gov.br](http://auniao.pb.gov.br). Acesso em 06/04/2023.

O Norte, 15 de maio de 1921. Disponível em: [HTTP://auniao.pb.gov.br](http://auniao.pb.gov.br). Acesso em 07/04/2023.

O Norte, 29 de maio de 1921. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 17/03/2023.

O Norte, 29 de julho de 1921. Disponível em: [HTTP://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital](http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital). Acesso em 10/03/2023.